

# Diário do Legislativo de 26/03/2008

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

## LIDERANÇAS

### LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL DEMOCRATA – BSD (PSDB--PTB--PHS-PMN-PR-PRTB)

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro

Vice-Líderes: Deputados Ademir Lucas (PSDB) e Célio Moreira (PSDB) e Deputada Ana Maria Resende (PSDB)

### LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL – BPS (PV-PSB-PPS-PSC)

Líder: Agostinho Patrús Filho

Vice-Líderes: Deputados Rômulo Veneroso (PV) e Wander Borges (PSB)

### LIDERANÇA DO DEM

Líder: Deputado Jayro Lessa

Vice-Líder: Deputada Maria Lúcia Mendonça

### LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Gilberto Abramo

Vice-Líder: Deputado Adalclever Lopes

### LIDERANÇA DO PT:

Líder: Deputada Elisa Costa

Vice-Líder: Deputado Almir Paraca

### LIDERANÇA DO PDT

Líder: Deputado Sebastião Helvécio

Vice-Líder: Deputado Carlos Pimenta

### LIDERANÇA DO PP

Líder: Deputado Dimas Fabiano

Vice-Líder: Deputado Pinduca Ferreira

### LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Mauri Torres

Vice-Líderes: Deputado Gil Pereira (PP), Deputado Paulo Cesar (PDT) e Neider Moreira (PPS)

### LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Domingos Sávio

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Paulo Guedes

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Elmiro DEM Presidente  
Nascimento

Deputado Ademir BSD Vice-Presidente  
Lucas

Deputado Domingos Sávio BSD

Deputado Inácio PV  
Franco

Deputado Ivair PMDB  
Nogueira

Deputado André PT  
Quintão

Deputado Chico BSD  
Uejo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Delvito Alves DEM

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Dalmo Ribeiro BSD  
Silva

Deputado Luiz Humberto BSD  
Carneiro

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputada Elisa Costa PT

Deputado Juninho Araújo BSD

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Weliton PT Presidente  
Prado

Deputado Ronaldo BSD Vice-Presidente

Magalhães

Deputado Ademir BSD  
Lucas

Deputado Padre PT  
João

Deputado Wander BSD  
Borges

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Paulo PT  
Guedes

Deputado Eros BSD  
Biondini

Deputado Sebastião BSD  
Costa

Deputado Durval PT  
Ângelo

Deputado Doutor BSD  
Rinaldo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo BSD Presidente  
Ribeiro Silva

Deputado Gilberto PMDB Vice-Presidente  
Abramo

Deputado BSD  
Sebastião Costa

Deputado Delvito DEM  
Alves

Deputado Neider PP  
Moreira

Deputado Hely PV  
Tarquínio

Deputado PDT  
Sargento Rodrigues

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ademir BSD  
Lucas

Deputado Adalclever PMDB  
Lopes

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Gustavo Valadares DEM

Deputado Dimas Fabiano PP

Deputado Délio Malheiros PV

Deputado Sebastião Helvécio PDT

#### COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Gláucia Brandão BSD Presidente

Deputado Dimas Fabiano PP Vice-Presidente

Deputado Antônio Genaro BSD

Deputada Maria Lúcia Mendonça DEM

Deputada Rosângela Reis PV

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dalmo Ribeiro Silva BSD

Deputado Vanderlei Jangrossi PP

Deputada Ana Maria Resende BSD

Deputado Ruy Muniz DEM

Deputado Hely Tarquínio PV

#### COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 10 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio Malheiros PV Presidente

Deputado Carlos Pimenta PDT Vice-Presidente

Deputado Célio BSD

Moreira

Deputado Walter BSD  
Tosta

Deputado Antônio PMDB  
Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Sebastião PDT  
Helvécio

Deputado Ronaldo BSD  
Magalhães

Deputado Neider Moreira BSD

Deputado Sávio Souza PMDB  
Cruz

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval PT Presidente  
Ângelo

Deputado Luiz PMDB Vice-Presidente  
Tadeu Leite

Deputado João BSD  
Leite

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Ruy DEM  
Muniz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Weliton Prado PT

Deputado Vanderlei PMDB  
Miranda

Deputado Djalma Diniz BSD

Deputado Walter Tosta BSD

Deputado Antônio Carlos BSD  
Arantes

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Deiró BSD Presidente  
Marra

Deputada Maria DEM Vice-Presidente  
Lúcia Mendonça

Deputada Ana BSD  
Maria Resende

Deputado Vanderley PP  
Jangrossi

Deputado Carlin PCdoB  
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Wander BSD  
Borges

Deputado Ruy Muniz DEM

Deputado Lafayette de BSD  
Andrada

Deputado Gil Pereira PP

Deputado Almir Paraca PT

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia BSD Presidente

Deputado Jayro DEM Vice-Presidente  
Lessa

Deputado Lafayette BSD  
de Andrada

Deputado Antônio PMDB  
Júlio

Deputada Elisa PT  
Costa

Deputado Agostinho PV  
Filho Patrús

Deputado Sebastião PDT  
Helvécio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BSD

Deputado Antônio Carlos BSD  
Arantes

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputado André Quintão PT

Deputado Rômulo PV  
Veneroso

Deputado Carlos Pimenta PDT

#### COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio PMDB Presidente  
Souza Cruz

Deputado Fábio BSD Vice-Presidente  
Avelar

Deputado Almir PT  
Paraca

Deputado Inácio PV  
Franco

Deputado Wander BSD  
Borges

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Ronaldo BSD  
Magalhães

Deputado Padre João PT

Deputado Rômulo PV  
Veneroso

Deputado Deiró Marra BSD

#### COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André PT Presidente  
Quintão

Deputado Eros BSD Vice-Presidente  
Biondini

Deputado João BSD  
Leite

Deputado Gustavo DEM  
Valadares

Deputado Carlin PCdoB  
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Padre João PT

Deputado Fábio Avelar BSD

Deputado Domingos BSD  
Sávio

Deputado Elmiro DEM  
Nascimento

Deputado Adalclever PMDB  
Lopes

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Vanderlei PP Presidente  
Jangrossi

Deputado Padre PT Vice-Presidente  
João

Deputado Getúlio PMDB  
Neiva

Deputado Antônio BSD  
Carlos Arantes

Deputado Chico BSD  
Uejo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gil Pereira PP

Deputada Cecília PT  
Ferramenta

Deputado Gilberto PMDB  
Abramo

Deputado Delvito Alves DEM

Deputado Deiró Marra BSD

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado                      BSD      Presidente  
Lafayette                      de  
Andrada

Deputado                      PV      Vice-Presidente  
Agostinho                      Patrús  
Filho

Deputada Gláucia BSD  
Brandão

Deputado Gilberto PMDB  
Abramo

Deputado                      PP  
Vanderlei  
Jangrossi

### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite                      BSD

Deputado                      Rômulo PV  
Veneroso

Deputado Ademir Lucas                      BSD

Deputado Antônio Júlio                      PMDB

Deputado Dimas Fabiano                      PP

## COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h15min

### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado                      Carlos BSD      Presidente  
Mosconi

Deputado                      Hely PV      Vice-Presidente  
Tarquínio

Deputado                      Ruy DEM  
Muniz

Deputado                      Carlos PDT  
Pimenta

Deputado                      Doutor BSD  
Rinaldo

### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago                      BSD

Deputada Rosângela PV  
Reis

Deputado Elmiro DEM  
Nascimento

Deputado Paulo Cesar PDT

Deputado Juninho Araújo BSD

#### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PDT Presidente  
Sargento Rodrigues

Deputado Paulo PDT Vice-Presidente  
Cesar

Deputado Délio PV  
Malheiros

Deputado Luiz PMDB  
Tadeu Leite

Deputado DEM  
Leonardo Moreira

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Pimenta PDT

Deputado Sebastião PDT  
Helvécio

Deputado Rômulo PV  
Veneroso

Deputado Adalclever PMDB  
Lopes

Deputado Jayro Lessa DEM

#### COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputada PV Presidente  
Rosângela Reis

Deputada Elisa PT Vice-Presidente  
Costa

Deputado Walter BSD  
Tosta

Deputado BSD  
Domingos Sávio

Deputado Antônio BSD  
Carlos Arantes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Almir Paraca PT

Deputado Bráulio Braz BSD

Deputado Carlos Mosconi BSD

Deputada Maria Lúcia DEM  
Mendonça

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo DEM Presidente  
Valadares

Deputado Juninho BSD Vice-Presidente  
Araújo

Deputado Paulo PT  
Guedes

Deputado Djalma BSD  
Diniz

Deputado Gil PP  
Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elmiro DEM  
Nascimento

Deputado Chico Uejo BSD

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Zezé Perrella BSD

Deputado Vanderlei PP  
Jangrossi

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB Presidente  
Vanderlei Miranda

Deputado Bráulio BSD Vice-Presidente  
Braz

Deputado Eros BSD  
Biondini

Deputado Zezé BSD  
Perrella

Deputada Cecília PT  
Ferramenta

#### MEMBROS SUPLENTES:

Deputado Getúlio Neiva PMDB

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Luiz Humberto BSD  
Carneiro

Deputado Neider Moreira BSD

Deputado Almir Paraca PT

#### OUVIDORIA PARLAMENTAR

OUVIDOR-GERAL: Deputado Inácio Franco (PV)

#### SUMÁRIO

##### 1 - ATAS

##### 1.1 - Reunião de Comissões

##### 2 - ORDENS DO DIA

##### 2.1 - Plenário

##### 2.2 - Comissões

##### 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

##### 3.1 - Plenário

##### 3.2 - Comissões

##### 4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

##### 5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

##### 6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

#### ATAS

ATA DA 4ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Saúde NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 5/3/2008

Às 9h10min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Hely Tarquínio, Carlos Pimenta, Doutor Rinaldo e Elmiro Nascimento, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Fahim Sawan. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Hely Tarquínio no exercício da Presidência, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlos Pimenta, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. Marcus Vinícius Caetano Pestana da Silva, Secretário de Estado de Saúde, publicado no "Diário do Legislativo" do dia 28/2/2008. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projeto de Lei nºs 1.782, no 1º turno, e 1.950/2007, em turno único (Deputado Hely Tarquínio); 1.739/2007, em

turno único (Deputado Carlos Pimenta); 1.972/2007, em turno único ( Deputado Doutor Rinaldo); 1.991/2008, em turno único ( Deputado Ruy Muniz). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.869 e 1.883/2008. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.623, 1.635, 1.789 e 1.846/2007. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Nesse momento, registra-se a presença do Deputado Carlos Mosconi, que assume a Presidência dos trabalhos. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos dos Deputados Carlos Pimenta em que solicita ao Presidente da Comissão de Saúde a sua indicação como representante dessa Comissão em visita a ser feita nos Municípios de Pedra Azul, Jacinto, Itinga e Salto da Divisa, de 13 a 17/3/2008, para avaliar o surto de dengue, com caso confirmado de dengue hemorrágica que evoluiu para óbito; seja realizada audiência pública da Comissão, para debater a incidência de neoplasias malignas em Minas Gerais, bem como para avaliar a distribuição da rede assistencial aos pacientes com câncer nas diversas regiões do Estado; Doutor Rinaldo em que solicita visita da Comissão ao Hospital São Judas Tadeu, no Município de Oliveira. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de março de 2008.

Carlos Mosconi, Presidente - Hely Tarquínio - Carlos Pimenta - Doutor Rinaldo - Ruy Muniz.

#### ATA DA 1ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Cultura NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 5/3/2008

Às 15h11min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados Dimas Fabiano e Wander Borges (substituindo este a Deputada Rosângela Reis, por indicação da Liderança do BPS), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Gláucia Brandão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Wander Borges, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.328/2007, no 1º turno (Deputado Dimas Fabiano); 1.954/2007 e 2007/2008 (Deputada Gláucia Brandão); 1.971/2007 e 2006/2008 (Deputada Maria Lúcia Mendonça) e 2000/2008 (Deputada Rosângela Reis), em turno único. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.271/2007, com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Wander Borges, em virtude de redistribuição) e 2.000/2008, com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Dimas Fabiano, em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.938/2007 (relatora: Deputada Maria Lucia Mendonça), que recebeu parecer pela aprovação. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.558/2007. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de março de 2008.

Gláucia Brandão, Presidente - Dimas Fabiano - Maria Lúcia Mendonça - Rosângela Reis.

#### ATA DA 4ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 5/3/2008

Às 16 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ademir Lucas, Padre João e Wander Borges, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ademir Lucas, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Wander Borges, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de ofício do Sr. Jupiaci da Silva Ramalho, Secretário Executivo da Associação dos Municípios da Macrorregião do Leste de Minas, publicado no "Diário do Legislativo" de 28/2/2008. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 2.024/2008, em turno único, para o qual foi designado relator o Deputado Weliton Prado. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.867, 1.868, 1.872, 1.889 e 1.890/2008. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Padre João em que solicita seja realizada reunião para discutir e dar encaminhamento aos problemas enfrentados pela população de Nova Soberbo, Distrito de Santa Cruz do Escalvado, tais como elevadas taxas de energia elétrica, deficiência na prestação de serviços da Copasa e enormes rachaduras nas casas da comunidade; Almir Paraca solicitando realizar audiência pública com a presença dos gestores e dos técnicos do Programa Territórios da Cidadania, do governo federal, para apresentá-lo à população mineira, detalhando a sua abrangência e as perspectivas de execução nas regiões do Estado atendidas pelo programa. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de março de 2008.

Weliton Prado, Presidente - Ronaldo Magalhães - Ademir Lucas.

#### ATA DA 1ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.256, em 11/3/2008

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, André Quintão e Vanderlei Miranda, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado André Quintão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.256 e discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão do parecer da relatora, Deputada Gláucia Brandão, que conclui pela manutenção do veto, o Deputado Vanderlei Miranda diz ser contrário ao veto, pois acredita que o parágrafo vetado dará mais transparência, segurança e confiabilidade ao projeto original. O Deputado André Quintão diz concordar com o Deputado Vanderlei Miranda. Colocado em votação, é aprovado o parecer com votos contrários dos Deputados Vanderlei Miranda e André Quintão e com o voto de qualidade do Presidente. Suspende-se a reunião por 5 minutos, para lavratura da ata da reunião. São reabertos os trabalhos. Em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Gláucia Brandão, o Presidente dispensa a leitura da ata, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de março de 2008.

ATA DA 5ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça NA 2ª SESSÃO legislativa ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 11/3/2008

Às 9h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Gilberto Abramo, Delvito Alves, Hely Tarquínio, Sargento Rodrigues e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Antônio Júlio, Jayro Lessa e Wander Borges. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sebastião Costa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.062, 2.068, 2.071, 2.072, 2.073, 2.078, 2.079, 2.081, 2.082, 2.085, 2.089, 2.097 e 2.109/2008 (Deputado Gilberto Abramo); 2.059, 2.061, 2.069, 2.074, 2.076, 2.083, 2.086, 2.087, 2.088, 2.094, 2.095, 2.101 e 2.107/2008 (Deputado Sebastião Costa); 2.060, 2.066, 2.099 e 2.104/2008 (Deputado Delvito Alves); 2.067 e 2.096/2008 (Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 2.065, 2.075, 2.080, 2.092, 2.093, 2.100 e 2.106/2008 (Deputado Hely Tarquínio); 2.064, 2.084, 2.090, 2.098, 2.103 e 2.108/2008 (Deputado Sargento Rodrigues); e 2.063, 2.077, 2.091, 2.102 e 2.105/2008 (Deputado Neider Moreira). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres sobre a constitucionalidade, legalidade e juridicidade, no 1º turno, do Projeto de Resolução nº 1.853/2007 (relator: Deputado Hely Tarquínio); e Projetos de Lei nºs 1.980/2008, 1.880 na forma do Substitutivo nº 1, 2.041, 2.042 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Sebastião Costa); 2.053/2008 com a Emenda nº 1, 2.043 (relator: Deputado Delvito Alves); 1.943/2007 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Gilberto Abramo); 1.949/2007 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Delvito Alves, em virtude de redistribuição); 1.978/2008 (relator: Deputado Sargento Rodrigues); 2.044, 2.050/2008 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 2.047/2008 (relator: Deputado Gilberto Abramo, em virtude de redistribuição). Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 1.316 e 1.973/2007, no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de prorrogação do prazo regimental solicitada pelos respectivos relatores, Deputados Delvito Alves e Hely Tarquínio. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela inconstitucionalidade, ilegalidade e antijuridicidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.742/2007 (relator: Deputado Sargento Rodrigues); 2.040/2008 (relator: Deputado Hely Tarquínio). São convertidos em diligência à Secretaria de Estado de Fazenda os Projetos de Lei nºs 1.857/2007 (relator: Deputado Sebastião Costa) e 2.106/2008 (relator: Deputado Hely Tarquínio); à Secretaria de Saúde o Projeto de Lei nº 1.886/2007 (relator: Deputado Hely Tarquínio); ao Ipsem e ao autor o Projeto de Lei nº 1.959/2008 (relator: Deputado Gilberto Abramo); ao Igam o Projeto de Lei nº 1.970/2007 (relator: Deputado Sebastião Costa); ao DER-MG e à Secretaria de Defesa Social o Projeto de Lei nº 1.983/2008 (relator: Deputado Delvito Alves). O parecer sobre o Projeto de Lei nº 2.015/2008, no 1º turno, deixa de ser apreciado, em virtude de prorrogação de prazo solicitada pelo respectivo relator, Deputado Delvito Alves. Na fase de discussão dos pareceres do relator, Deputado Gilberto Abramo, que concluem pela antijuridicidade, ilegalidade e inconstitucionalidade dos Projetos de Lei nºs 2.071, 2.072, 2.073, 2.078, 2.079, 2.081, 2.082, 2.085, 2.089/2008, no 1º turno, o Presidente defere o pedido de vista do Deputado Delvito Alves. Na fase de discussão dos pareceres do relator, Deputado Sebastião Costa, que concluem pela antijuridicidade, ilegalidade e inconstitucionalidade dos Projetos de Lei nºs 2.074, 2.076, 2.083, 2.086, 2.087, 2.088, 2.094/2008, no 1º turno, o Presidente defere o pedido de vista do Deputado Delvito Alves. Na fase de discussão dos pareceres do relator, Deputado Hely Tarquínio, que concluem pela antijuridicidade, ilegalidade e inconstitucionalidade dos Projetos de Lei nºs 2.075, 2.080, 2.092 e 2.093/2008, no 1º turno, o Presidente defere o pedido de vista do Deputado Delvito Alves. Na fase de discussão dos pareceres do relator, Deputado Neider Moreira, que concluem pela antijuridicidade, ilegalidade e inconstitucionalidade dos Projetos de Lei nºs 2.091 e 2.077/2008, no 1º turno, o Presidente defere o pedido de vista do Deputado Delvito Alves. Na fase de discussão dos pareceres do relator, Deputado Sargento Rodrigues, que concluem pela antijuridicidade, ilegalidade e inconstitucionalidade dos Projetos de Lei nºs 2.084 e 2.090/2008, no 1º turno, o Presidente defere o pedido de vista do Deputado Delvito Alves. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade dos Projetos de Lei nºs 250/2007, 2.054 e 2.061/2008 (relator: Deputado Sebastião Costa); 2.049, 2.062 e 2.068/2008 (relator: Deputado Gilberto Abramo); 2.052 e 2.065/2008 (relator: Deputado Hely Tarquínio); 2.056 e 2.067/2008 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 2.057/2008 (relator: Deputado Delvito Alves); e 2.108/2008 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Sargento Rodrigues). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos que solicitam sejam baixados em diligência ao DER-MG o Projeto de Lei nº 2.051/2008 e ao autor o Projeto de Lei nº 2.109/2008. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de março de 2008.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Delvito Alves - Sargento Rodrigues - Hely Tarquínio - Neider Moreira - Sebastião Costa.

ATA DA 4ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Segurança Pública NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 11/3/2008

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sargento Rodrigues, Paulo Cesar e Luiz Tadeu Leite, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e tratar de assuntos de interesse da Comissão. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: em turno único, os Projetos de Lei nºs 2.001/2008 (Deputado Délio Malheiros); 2.036/2008 (Deputado Sargento Rodrigues) Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 379 e 1.672/2007 e 1.986/2008, que receberam parecer por sua aprovação. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 1.929/2008. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.891/2007. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Sargento Rodrigues (4) em que solicita sejam formuladas manifestações de aplauso aos policiais civis que participaram da operação que culminou na prisão de uma quadrilha de roubo de cargas em Nova Era; e da operação que culminou na prisão de dois seqüestradores que abordaram um estudante de 26 anos, no Bairro João Pinheiro; aos policiais militares que participaram da operação da 9ª Companhia do 34º Batalhão da PMMG, onde foram presas sete pessoas no Bairro Carlos Prates; e da operação que culminou apreensão de drogas no Município de Muzambinho; Délio Malheiros em que solicita seja realizada reunião para, em audiência pública, debater sobre a crescente onda de violência nas escolas públicas da Capital. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de março de 2008.

Sargento Rodrigues, Presidente - Paulo Cesar - Luiz Tadeu Leite.

ATA DA 4ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 11/3/2008

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Juninho Araújo e Délio Malheiros (substituindo este ao Deputado Djalma Diniz, por indicação da Liderança do BPS), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Juninho Araújo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a proposta que será levada ao Governador do Estado pela Associação das Microrregiões de Minas Gerais, na qual os Municípios propõem assumir a manutenção das estradas vicinais do Estado, e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Nilton Borges Ramos, Presidente da Federação Sindical dos Servidores dos Departamentos de Estradas de Rodagem do Brasil; Luiz Antônio Pagot, Diretor-Geral do DNIT (6/3/2008); e Gilson de Carvalho Queiroz Filho, Presidente do Crea-MG (8/3/2008). A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. João Afonso Baeta Costa Machado, Chefe de Gabinete do DER-MG, representando o Sr. Fuad Jorge Noman Filho, Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas do Estado; e Márcio Reis, Assessor da Diretoria de Operações do DER-MG, representando o Sr. José Elcio Santos Monteze, Diretor-Geral do DER-MG; que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Délio Malheiros, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. A matéria constante na pauta deixa de ser apreciada por falta de quórum. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de março de 2008.

Gustavo Valadares, Presidente - Juninho Araújo - Neider Moreira.

ATA DA 5ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Administração Pública NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 11/3/2008

Às 16 horas, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Elisa Costa e os Deputados Elmiro Nascimento, Ademir Lucas, Inácio Franco, Ivair Nogueira e Lafayette de Andrada (substituindo este ao Deputado Domingos Sávio, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Elmiro Nascimento, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Inácio Franco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer sobre emendas apresentadas em Plenário, no 1º turno, ao Projeto de Lei nº 1.677/2007, o qual conclui pela rejeição das Emendas nºs 3 a 9 e pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão, e com as Emendas nºs 10 a 17, que apresenta (relator: Deputado Ademir Lucas). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.900, 1.902, 1.910, 1.911 e 1.912/2008. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Ademir Lucas em que solicita seja realizada audiência pública para ouvir Diretores de Escola Estadual que estavam em processo de aquisição de apostilamento, foram eleitos e reeleitos posteriormente, cumprindo o tempo anteriormente fixado e não sendo apostilados. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de março de 2008.

Elmiro Nascimento, Presidente - Chico Uejo - Inácio Franco - Ademir Lucas - André Quintão.

ATA DA 4ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática NA 2ª SESSÃO legislativa ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 12/3/2008

Às 10h8min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Lúcia Mendonça e os Deputados Carlin Moura e Ademir Lucas (substituindo este à Deputada Ana Maria Resende, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Maria Lúcia Mendonça, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlin Moura, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício da Sra. Regina Macedo, Assessora de Comunicação do Centro Universitário de Patos de Minas, encaminhando DVD institucional, do Colegiado de Diretores das Escolas Estaduais de Pará de Minas, por meio da qual solicitam o retorno do "apostilamento" no âmbito da rede estadual de ensino; e da seguinte correspondência, publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: Ofício do Sr. Paulo César Gonçalves de Almeida, Reitor da Universidade Estadual de Montes Claros (8/3/2008). O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: em turno único, os Projetos de Lei nºs 1.948/2008 (Deputada Maria Lúcia Mendonça) e 2.070/2007 (Deputado Deiró Marra). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 1.471/2007 (relator: Deputado Vanderlei Jangrossi); 1.948/2007 (relatora: Deputada Maria Lúcia Mendonça); 1.975/2007 (relatora: Deputada Ana Maria Resende) e 1.995/2008 (relator: Deputado Carlin Moura), que receberam parecer por sua aprovação. Retira-se da reunião o Deputado Ademir Lucas. Registra-se a presença do Deputado Vanderlei Jangrossi. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.855, 1.856, 1.873, 1.882, 1.913, 1.914, 1.915, 1.922, 1.924, 1.926, 1.933, 1.935, 1.944, 1.947, 1.948, 1.949, 1.951 e 1.952/2008. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.551, 1.581, 1.733, 1.780 e 1.785/2007. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Doutor Viana em que solicita reunião para, em audiência pública, debater a inclusão do deficiente na escola pública; Almir Paraca em que solicita reunião para, em audiência pública, debater o projeto Revolução Educacionista: Escola Igual para Todos; Dalmo Ribeiro Silva em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Magnífico Reitor do Centro Universitário de Itajubá - Universitas, pela criação do curso de Direito; Célio Moreira em que solicita seja formulado apelo à Secretária de Estado de Educação, com vistas à construção de uma escola no Bairro Bom Sucesso, no Município de Belo Horizonte. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de março de 2008.

Maria Lúcia Mendonça, Presidente - Carlin Moura - João Leite.

ATA DA 5ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 12/3/2008

Às 10h44min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Jayro Lessa, Antônio Júlio, Lafayette de Andrada e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Irani Barbosa, Délio Malheiros e Getúlio Neiva. Havendo

número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina apreciar a matéria constante na pauta, a debater a quitação de créditos tributários do Estado com precatórios estaduais, prevista no Projeto de Lei nº 392/2007, e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica que a partir da próxima semana as reuniões ordinárias serão realizadas às quartas-feiras, às 10 horas. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Osmar Teixeira de Abreu, Assessor Especial, representando o Sr. Simão Cirineu Dias, Secretário de Estado de Fazenda, e José Alfredo de Oliveira Baracho Júnior, Presidente da Comissão de Precatórios da OAB-MG, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Sebastião Helvécio, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Presidente retira a matéria constante na pauta por haver sido apreciada em reunião anterior. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e dos convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de março de 2008.

Jayro Lessa, Presidente - Elisa Costa - Sebastião Helvécio - Lafayette de Andrada.

ATA DA 5ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 12/3/2008

Às 14h41min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Cecília Ferramenta e os Deputados Vanderlei Miranda e Bráulio Braz, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Vanderlei Miranda, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Cecília Ferramenta, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Deputado Bráulio Braz retira-se da reunião. Registra-se a presença do Deputado Lafayette de Andrada (substituindo o Deputado Zezé Perrella, por indicação da Liderança do BSD). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, no 1º turno, o parecer pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 1, do Projeto de Lei nº 835/2007 (relator: Deputado Zezé Perrella). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.918, 1.921, 1.923, 1.937, 1.963 e 1.994/2008. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de março de 2008.

Vanderlei Miranda, Presidente - Eros Biondini - Paulo Guedes.

ATA DA 4ª REUNIÃO Ordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 12/3/2008

Às 15h30min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Antônio Carlos Arantes e Walter Tosta, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Walter Tosta, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.021/2008 (Deputado Walter Tosta); 1.989, 2.029/2008 (Domingos Sávio); 2.017, 2.037/2008 (Deputada Elisa Costa); 2.033/2008 (Deputado Antônio Carlos Arantes), em turno único. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação é aprovado, no 2º turno, o parecer pela aprovação na forma do vencido no 1º turno do Projeto de Lei nº 1.227/2007 (relator: Deputado Antônio Carlos Arantes). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.941/2007 (relator: Deputado Walter Tosta), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.977 e 1.986/2008. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.401, 1.725, 1.758, 1.814, 1.821 e 1.860/2007. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação é aprovado requerimento do Deputado Walter Tosta em que solicita seja incluído no requerimento do Deputado Domingos Sávio, aprovado em reunião do dia 5/3/2008, tópicos pertinentes ao portador de deficiência tais como: isenção de pagamento de IPVA, ICMS e emendas apresentadas; alteração da legislação atual; implantação de clínicas credenciadas pelo Detran no interior do Estado; implantação de bancas examinadoras especializadas para obtenção da CNH para o portador de deficiência no interior do Estado; passe livre intermunicipal e interestadual. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de março de 2008.

Rosângela Reis, Presidente - Antônio Carlos Arantes - Walter Tosta.

ATA DA 5ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização NA 2ª SESSÃO legislativa ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 12/3/2008

Às 16h2min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Weliton Prado, Ronaldo Magalhães e Ademir Lucas, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Weliton Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ademir Lucas, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento de um exemplar do Manual de Controle Interno Municipal: Uma Abordagem Prática para os Municípios Mineiros, publicado no "Diário do Legislativo", de 6/3/2008. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 1.880/2007, no 1º turno, para o qual designou relator o Deputado Ronaldo Magalhães. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 2.024/2008 (relator: Deputado Weliton Prado), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.901, 1.903 a 1.906, 1.930 a 1.932/2008. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de março de 2008.

Weliton Prado, Presidente - Ademir Lucas - Ronaldo Magalhães.

ATA DA 6ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Direitos Humanos NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 13/3/2008

Às 9h12min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Luiz Tadeu Leite e João Leite, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Padre João. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado João Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: carta do Sr. Paulo Rodrigues Leite, preso na cadeia pública de Itabira, pedindo sua transferência para Teófilo Ottoni, onde sua família reside; e de correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Fuad Noman, Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas (6/3/2008); Hélio dos Santos Júnior, Cel. PM, Comandante-Geral da PMMG, e Murilo Andrade de Oliveira, Superintendente de Articulação Institucional e Gestão de Vagas da Secretaria de Estado de Defesa Social (8/3/2008). O Presidente acusa o recebimento da seguinte proposição, para a qual designou o relator citado a seguir: Projeto de Lei nº 1.978/2008, no 1º turno (Deputado Durval Ângelo). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. O Requerimento nº 1.972/2008 não foi apreciado. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Durval Ângelo (12), em que solicita seja encaminhada manifestação de aplauso e regozijo aos policiais civis da Delegacia Especializada na Apuração de Furtos e Roubos de Veículos e às autoridades que menciona pela conclusão do Inquérito nº 099/07, destinado à investigação de práticas criminosas no Município de Betim; aos policiais civis da Divisão de Operações Especiais - Deoesp - e às autoridades que menciona pelo excelente trabalho desenvolvido na conclusão do Inquérito nº 25/07, que apurou o homicídio e a tentativa de homicídio que vitimaram Mauro Costa Dias e Adriano Rodrigues Miranda, em setembro de 2007, no Município de Tarumirim; sejam realizadas reuniões para, em audiências públicas, debater os Projetos de Lei nºs 124/2007 e 134/2007, que tratam de questões referentes ao Parque Estadual da Serra do Rola-Moça; debater propostas do Movimento Tortura Nunca Mais; obter esclarecimentos sobre episódio de violência policial contra cidadão, no Município de Corinto; seja formulado apelo à Juíza Ângela Maria Catão Alves, da 11ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais, do Tribunal Regional Federal, com vistas a que solicite do Departamento Nacional de Infra-Estrutura Terrestre - DNIT - a apresentação, no Processo nº 2000.38.00.009112-8, de uma planta da intervenção na BR-040, nas proximidades do Bairro Novo Boa Vista, Município de Contagem, do cadastramento dos imóveis e das famílias diretamente atingidas por tal intervenção, de um plano de remoção e reassentamento dessas famílias e de um posicionamento institucional sobre a possibilidade de indenização dessas famílias, com as respectivas regras; e, ainda, que suspenda os efeitos da liminar concedida no mesmo processo; seja encaminhada ao Governador Aécio Neves, correspondência trazida a esta Comissão pelo Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Estado - Sindpol -, na qual é relatada a usurpação de competências ou atribuições da Polícia Civil por parte da Polícia Militar do Estado e seja requisitada ao Governador a adoção das devidas providências; sejam encaminhadas, aos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado, Herculano Rodrigues, relator do Processo nº 1.0000.08.470408-9/000; e José Antônio Baía Borges, relator do Processo nº 10515.04.010128-6/002, as notas taquigráficas das reuniões realizadas por esta Comissão em 22/3/2006 e 31/5/2006, que tiveram por objetivo obter esclarecimentos sobre homicídio praticado na cidade de Piumhi, em 28/5/2004, que vitimou o jovem Júlio César Rodrigues, em razão de o Juiz da Comarca de Primeira Instância não ter recebido a denúncia do órgão ministerial em relação a todos os réus denunciados pela prática do referido homicídio; seja solicitada à Subsecretaria de Administração Prisional da Secretaria de Defesa Social cópia do processo administrativo que ensejou a dispensa do agente de segurança penitenciário Leonardo Henrique Ferreira, da Penitenciária Nelson Hungria; seja formulado apelo à Corregedoria da Polícia Militar do Estado com vistas à instauração de procedimento investigatório destinado a apurar denúncia de cidadãos do Município de Urucânia sobre desvio de conduta policial, com encaminhamento de cópia das notas taquigráficas desta reunião e de documentos sobre o referido caso, apresentados à Comissão pelo Deputado Padre João; Carlin Moura, em que solicita seja realizada reunião para, em audiência pública, debater a construção e a gestão de complexo penitenciário em Ribeirão das Neves, a ser implementado mediante parceria público-privada, em regime de concessão administrativa pelo prazo de 27 anos, sendo o processo de licitação realizado por concorrência internacional; Carlin Moura e Durval Ângelo, em que solicitam reunião para, em audiência pública, debater a "Paz Mundial e a Luta Antiimperialista", assim como produzir o "Manifesto pela Paz Mundial da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa", a ser encaminhado à "Conferência Mundial pela Paz", a ser realizada em Caracas (Venezuela); e Padre João (2), em que solicita seja realizada reunião no Município de Muriaé para, em audiência pública, debater a situação da cadeia pública desse Município; e sejam ouvidas as denúncias de cidadãos residentes no Município de Urucânia, que declaram haver sofrido agressões por parte de integrantes da Polícia Militar desse Município. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de março de 2008.

Durval Ângelo, Presidente - Luiz Tadeu Leite - João Leite - Padre João.

ATA DA 1ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Redação NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 13/3/2008

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados João Leite e Luiz Tadeu Leite (substituindo este ao Deputado Gilberto Abramo, por indicação da Liderança do PMDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Gláucia Brandão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado João Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres em fase de redação final e acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 1.631/2007, para o qual designou relator o Deputado João Leite. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.631/2007 (relator: Deputado João Leite). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, desconvoca a reunião extraordinária de hoje, às 14h30min, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de março de 2008.

Lafayette de Andrada, Presidente - Agostinho Patrus Filho - Gláucia Brandão.

ATA DA 3ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 13/3/2008

Às 10h9min, comparecem na Sala das Comissões o Deputado Durval Ângelo, membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelo membro da Comissão presente. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir, em audiência pública, a inclusão social do deficiente visual. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. José Juvenal da Cruz Filho, escritor, professor aposentado, ex-Diretor do Instituto São Rafael; José Carlos Dias Filho, Coordenador Municipal de Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência; Sílvio Cerceau, escritor; e as Sras. Kátia Garcia Oliveira, cantora e compositora; Myriam Campolina Silva, professora, representando Elizabet Dias de Sá, Coordenadora Municipal do Centro de Apoio às Pessoas com Deficiência; Ana Regina Carvalho, Diretora da Diretoria de Educação Especial da Secretaria de Educação de Minas Gerais; Elisabeth Coelho Fontes, Diretora do Instituto São Rafael; Sílvia Porto Buarque Gusmão, Superintendente de Promoção e Proteção de Direitos Humanos, representando João Batista de Oliveira, Subsecretário

de Estado de Direitos Humanos, que são convidados a tomar assento à mesa. O Deputado Durval Ângelo, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de março de 2008.

Durval Ângelo, Presidente - João Leite - Luiz Tadeu Leite.

ATA DA 4ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 13/3/2008

Às 10h10min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Délio Malheiros, Antônio Júlio, Célio Moreira e Walter Tosta, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Irani Barbosa. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Júlio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, questões relativas ao Conjunto Habitacional Minas Caixa II e comunica o recebimento de ofício da Sra. Renata Vilhena, Secretária de Estado de Planejamento e Gestão, justificando sua ausência nesta reunião. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Resolução nº 716/2007, no 1º turno, para o qual designou relator o Deputado Walter Tosta. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. José Antônio Costa Cintra e Cláudio Antônio Bisinoto, respectivamente, Diretor de Desenvolvimento e Construção e Gerente de Desenvolvimento da Cohab; Carla Marques, Chefe da Divisão de Planejamento da Urbel; Gracinha Barbosa, Assessora da Secretaria de Estado de Governo, e Osório Couto, Assessor do Subsecretário de Assuntos Municipais, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Irani Barbosa, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião e passa à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Alencar da Silveira Jr. em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a situação do Gás Natural Veicular - GNV -, no Estado; Délio Malheiros em que solicita seja enviado ofício ao Deputado Irani Barbosa para que apresente requerimento no Plenário solicitando que o Projeto de Lei nº 1.763/2007, de sua autoria, seja distribuído também para a Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos Deputados, dos convidados e demais participantes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de março de 2008.

Délio Malheiros, Presidente - Antônio Júlio - Walter Tosta - Carlos Pimenta.

ATA DA 3ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Saúde NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 13/3/2008

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi, Hely Tarquínio, Ruy Muniz e Elmiro Nascimento, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Almir Paraca, Delvito Alves e Inácio Franco. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Hely Tarquínio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater o aumento do número de pacientes com câncer no Município de Unai e as causas desse aumento, bem como ações que possam fazer reduzir a incidência da doença. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Antério Mânica, Prefeito Municipal de Unai; José Mário Kazmirczak, Presidente da Câmara Municipal de Unai; José Maria Borges, Coordenador Institucional da SES, representando o Secretário de Estado de Saúde; Miguel Ferreira Rodrigues, Presidente da Associação Noroeste Mineiro de Estudos e Combate ao Câncer - ANMECC -; Luci Ieshii, médica oncologista, Presidente do Instituto Luci Ieshii de Oncologia e Presidente da Associação Brasileira de Apoio ao Paciente com Câncer - ABAC - LUZ; Clóvis Alves Passarini, Presidente da Associação Médica de Unai; Ten.-Cel. Geraldo Donizete Luciano, Comandante da 16ª RPM; Celso Ávila, Delegado da Polícia Civil; Luciana Alves Caldeira, representando a Mulher Regional, e José Inácio, Vereador, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Delvito Alves, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. O Presidente registra a presença dos Vereadores e dos Secretários Municipais e das demais autoridades presentes ao evento. Participam dos debates as seguintes pessoas: Srs. Ulisses Paulo Costa, Diretor-Geral do Hospital de Unai; Roberto Martins de Sousa, cirurgião-dentista; Júlio Andrade, Presidente do Comitê de Bacia Hidrográfica; e Paulo Melo, ambientalista. segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Delvito Alves em que solicita sejam encaminhadas as notas taquigráficas deste evento ao Ministério da Saúde e à Secretaria de Estado de Saúde, para conhecimento e realização de estudos com vistas ao esclarecimento quanto à incidência de câncer na cidade de Unai, bem como para providências e detecção precoce da doença. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares dos convidados e do público em geral, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de março de 2008.

Carlos Mosconi, Presidente - Hely Tarquínio - Carlos Pimenta - Doutor Rinaldo.

ATA DA 1ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 14/3/2008

Às 9h45min, comparecem na Câmara Municipal de Paracatu os Deputados Fábio Avelar, Almir Paraca e Inácio Franco, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Elmiro Nascimento. Havendo número regimental, e na ausência do Presidente, o Vice-Presidente, Deputado Fábio Avelar, assume a Presidência, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Inácio Franco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir fatos relacionados à expansão da Rio Paracatu Mineração S.A., empresa de capital canadense controlada pela Kinross Gold Corporation e sediada naquele Município. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Deputado Federal Marcos Montes; Ilmar Bastos Santos, Subsecretário de Gestão Ambiental Integrada, representando o Sr. José Carlos de Carvalho, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Vereador José Maria Andrade Porto, Presidente da Câmara Municipal de Paracatu; João de Jesus Macedo, Vice-Prefeito de Paracatu; Antônio Eustáquio Vieira Jordão, Secretário Municipal de Meio Ambiente de Paracatu; Carlos Eduardo, Promotor de Justiça da Bacia do São Francisco; Mauro Elovitch, Promotor de Justiça de Meio Ambiente de Paracatu; Maria Dalce Ricas, Superintendente Executiva da Associação Mineira de Defesa do Ambiente - AMDA; Wilfred Brandt, Presidente do Grupo Brandt Meio Ambiente; Vítor Hugo Souza Belo, Gerente-Geral da Rio Paracatu Mineração S.A.; Prof. Sérgio Ulhoa Dani, Presidente da Fundação Acangauá; Paulo Maurício Serrano Neves, Presidente do Instituto Serrano Neves; Uldicéia Riguetti, editora do jornal "O Lábaro", de Paracatu; e José Osvaldo, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Extrativa de Paracatu e Vazante, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Elmiro Nascimento, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas

considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Após as quatro primeiras horas de reunião, o Presidente prorroga, de ofício, o seu prazo. Abertos os debates, e após os questionamentos dos parlamentares, o Presidente informa a inscrição de 43 pessoas para participarem da discussão. Na fala do 20º inscrito, encerrou-se o prazo regimental da reunião. Não sendo cumprida a finalidade da reunião, a Presidência convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária, a ser realizada às 15h45min do dia 14/3/2008, na Câmara Municipal de Paracatu, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de março de 2008.

Fábio Avelar, Presidente - Almir Paraca - Inácio Franco.

ATA DA 2ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 14/3/2008

Às 15h45min, comparecem na Câmara Municipal de Paracatu os Deputados Fábio Avelar, Almir Paraca e Inácio Franco, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Elmiro Nascimento. Havendo número regimental, e na ausência do Presidente, o Vice-Presidente, Deputado Fábio Avelar, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Inácio Franco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir fatos relacionados com a expansão da Rio Paracatu Mineração S.A., empresa de capital canadense controlada pela Kinross Gold Corporation e com sede no Município de Paracatu. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para dar prosseguimento ao debate, com os seguintes convidados: Srs. Marcos Montes, Deputado Federal; Ilmar Bastos Santos, Subsecretário de Gestão Ambiental Integrada, representando o Sr. José Carlos de Carvalho, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais; José Maria Andrade Porto, Presidente da Câmara Municipal de Paracatu; João de Jesus Macedo, Vice-Prefeito de Paracatu; Antônio Eustáquio Vieira Jordão, Secretário Municipal de Meio Ambiente de Paracatu; Carlos Eduardo, Promotor de Justiça da Bacia do São Francisco; Mauro Elovitch, Promotor de Justiça de Meio Ambiente de Paracatu; Maria Dalce Ricas, Superintendente Executiva da Associação Mineira de Defesa do Ambiente - Amda -; Wilfred Brandt, Presidente do Grupo Brandt Meio Ambiente; Vítor Hugo Souza Belo, Gerente-Geral da Rio Paracatu Mineração S.A.; Sérgio Ulhoa Dani, Presidente da Fundação Acangaú; Paulo Maurício Serrano Neves, Presidente do Instituto Serrano Neves; Uldicéia Riguetti, editora do jornal "O Lábaro", de Paracatu; e José Osvaldo, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Extrativa de Paracatu e Vazante, que compõem a mesa dos trabalhos, e os parlamentares e participantes inscritos, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião especial a ser realizada no dia 17/3/2008, às 14 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de março de 2008.

Sávio Souza Cruz, Presidente - Almir Paraca.

ATA DA 1ª REUNIÃO Especial da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 17/3/2008

Às 14h15min, comparecem no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais os Deputados Sávio Souza Cruz e Almir Paraca, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados Roberto Carvalho, Antônio Carlos Arantes, Gil Pereira, João Leite, Doutor Viana, Domingos Sávio e Gustavo Valadares. Nos termos do art. 125, § 3º, do Regimento Interno, o Presidente, Deputado Sávio Souza Cruz, declara aberta a reunião e, nos termos do inciso III do art. 120 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a realizar debate público sobre o tema: "Bolsa Verde: Instrumento Econômico de Gestão Ambiental". A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Prof. Antônio Augusto Junho Anastasia, Vice-Governador do Estado de Minas Gerais; José Carlos de Carvalho, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais; Davi Lucas Soares, 2º-Ten. BM, Sub-Chefe da Divisão Ambiental do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais; Marina Tereza do Amaral Campos, Coordenadora do Programa Estadual de Mudanças Climáticas do Estado do Amazonas, representando o Sr. Virgílio Maurício Viana, Diretor-Geral da Fundação Amazonas Sustentável e ex-Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas; Humberto Candeias Cavalcanti, Diretor-Geral do Instituto Estadual de Florestas - IEF; Antônio Félix Domingues, Coordenador-Geral das Assessorias da Agência Nacional de Águas - ANA -; Herly Carlos Teixeira Dias, professor da Universidade Federal de Viçosa - UFV -; Paulo Henrique Pereira, Diretor de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Extrema; e Francisco Maurício Barbosa Simões, Chefe da Assessoria Jurídica da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais, representando o Presidente dessa entidade, o Sr. Roberto Simões, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência faz o seu pronunciamento de abertura e, em seguida, concede a palavra ao Deputado Roberto Carvalho, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência passa a palavra aos convidados para que façam suas considerações finais. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece aos parlamentares, aos expositores, aos demais convidados e participantes, a presença e os importantes subsídios prestados à Comissão, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de março de 2008.

Sávio Souza Cruz, Presidente - Wander Borges - Inácio Franco - Almir Paraca.

## ORDENS DO DIA

### ORDEM DO DIA da 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA Ordinária DA 16ª LEGISLATURA, em 26/3/2008

#### 1ª Parte

##### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

##### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

## 2ª Parte (Ordem do Dia)

### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

### 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.197, que altera as Leis nºs 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado; 12.733, de 30/12/97, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais com o objetivo de estimular a realização de projetos culturais no Estado; 14.937, de 23/12/2003, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA -; e 16.318, de 11/8/2006, que dispõe sobre a concessão de desconto para pagamento de crédito tributário inscrito em dívida ativa com o objetivo de estimular a realização de projetos desportivos no Estado; revoga a Lei nº 13.470, de 17/1/2000, que dispõe sobre o Conselho de Contribuintes do Estado; e o art. 10 da Lei nº 14.066, de 22/11/2001, que dispõe sobre a proteção dos consumidores de combustíveis, e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto .

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 18.251, que institui a Política Estadual de Incentivo à Utilização de Sementes Selecionadas nas propriedades que se dedicam à agricultura familiar e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.256, que altera a Lei nº 14.870, de 16/12/2003, que dispõe sobre a qualificação de pessoa jurídica de direito privado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto .

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.250, que dispõe sobre o incentivo à inovação tecnológica no Estado. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto .

Prosseguimento da votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 342/2007, do Deputado Doutor Viana, que estabelece diretrizes para facilitar o acesso de pessoa portadora de deficiência física, visual ou com mobilidade reduzida em espaço público no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas 1, 2 e 3, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3, apresentadas pela Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 4, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 37/2007, do Governador do Estado, que extingue cargos de provimento em comissão do Quadro Específico de Pessoal da Advocacia-Geral do Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 89/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que proíbe a venda e o consumo de bebida alcoólica nas dependências de estádios de futebol das administrações públicas direta e indireta do Estado nos dias de jogos. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Segurança Pública.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 521/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a reverter o imóvel que descreve ao Município de Passa-Tempo. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.431/2007, do Deputado Alberto Pinto Coelho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Diamantina o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 612/2007, do Deputado Weliton Prado, que dispõe sobre o financiamento para a formação de cooperativas com a finalidade de coletar materiais inorgânicos passíveis de reciclagem. A Comissão de Turismo opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 973/2007, dos Deputados Fábio Avelar e Adalclever Lopes, que institui diretrizes para a medição individualizada do consumo de água nas edificações prediais verticais ou condominiais, residenciais, comerciais e de uso misto. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.583/2007, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 14.940, de 29/12/2003, que institui o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais e a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do Estado de Minas Gerais- TFAMG - e dá outras providências. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.673/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Taiobeiras o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.674/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Carangola o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.675/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Brasília de Minas os imóveis que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.690/2007, do Deputado Carlos Mosconi, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Poços de Caldas o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.828/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o DER-MG a doar ao Município de Ouro Fino o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.402/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que altera o disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 16.566, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pavão o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.686/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição da Barra de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9h15min DO DIA 26/3/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 26/3/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 26/3/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 492/2007, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 26/3/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 7/2007, do Deputado Padre João; Projetos de Lei nºs 16/2007, do Deputado Eros Biondini; 637/2007, do Deputado Dinis Pinheiro; 1.803 e 1.885/2007, do Deputado Leonardo Moreira; 2.047 e 2.096/2008, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 26/3/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 26/3/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 896/2007, do Deputado Delvito Alves.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.061/2008, da Deputada Elisa Costa.

Requerimento nº 1.663/2007, da Comissão de Participação Popular.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15h30min DO DIA 26/3/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.965/2007, do Deputado Delvito Alves, e 2.002/2008, do Deputado Alberto Pinto Coelho.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 horas DO DIA 26/3/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.062, 2.063, 2.064 e 2.065/2008, do Deputado Arlen Santiago; 2.069/2008, do Deputado Ivair Nogueira; 2.072/2008, da Deputada Maria Lúcia Mendonça; 2.074 a 2.079/2008, do Deputado Walter Tosta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 9 horas do dia 26/3/2008, destinada à realização do ciclo de debates "Revitalização do Rio das

Velhas - Meta 2010".

Palácio da Inconfidência, 25 de março de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

##### Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 26/3/2008, destinada I, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; e, II, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos e, 2ª Fase, à apreciação dos vetos à Proposição de Lei nº 18.197, que altera as Leis nºs 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado; 12.733, de 30/12/97, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais com o objetivo de estimular a realização de projetos culturais no Estado; 14.937, de 23/12/2003, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA -; e 16.318, de 11/8/2006, que dispõe sobre a concessão de desconto para pagamento de crédito tributário inscrito em dívida ativa com o objetivo de estimular a realização de projetos desportivos no Estado; revoga a Lei nº 13.470, de 17/1/2000, que dispõe sobre o Conselho de Contribuintes do Estado de Minas Gerais; e o art. 10 da Lei nº 14.066, de 22/11/2001, que dispõe sobre a proteção dos consumidores de combustíveis, e dá outras providências; à Proposição de Lei nº 18.250, que dispõe sobre o incentivo à inovação tecnológica no Estado; à Proposição de Lei nº 18.251, que institui a Política Estadual de Incentivo à Utilização de Sementes Selecionadas nas propriedades que se dedicam à agricultura familiar e dá outras providências; e à Proposição de Lei nº 18.256, que altera a Lei nº 14.870, de 16/12/2003, que dispõe sobre a qualificação de pessoa jurídica de direito privado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip-; do Projeto de Lei Complementar nº 37/2007, do Governador do Estado, que extingue cargos de provimento em comissão do Quadro Específico de Pessoal da Advocacia-Geral do Estado e dá outras providências; e dos Projetos de Lei nºs 89/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que proíbe a venda e o consumo de bebida alcoólica nas dependências de estádios de futebol das administrações públicas direta e indireta do Estado nos dias de jogos; 342/2007, do Deputado Doutor Viana, que estabelece diretrizes para facilitar o acesso de pessoa portadora de deficiência física, visual ou com mobilidade reduzida em espaço público no Estado de Minas Gerais; 521/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a reverter imóvel que descreve ao Município de Passa-Tempo; 612/2007, do Deputado Weliton Prado, que dispõe sobre o financiamento para a formação de cooperativas com a finalidade de coletar materiais inorgânicos passíveis de reciclagem; 973/2007, dos Deputados Fábio Avelar e Adalclever Lopes, que institui diretrizes para a medição individualizada do consumo de água nas edificações prediais verticais ou condominiais, residenciais, comerciais e de uso misto; 1.402/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que altera o disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 16.566, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pavão o imóvel que especifica.; 1.431/2007, do Deputado Alberto Pinto Coelho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Diamantina o imóvel que especifica; 1.583/2007, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 14.940, de 29/12/2003, que institui o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais e a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do Estado de Minas Gerais - TFAMG - e dá outras providências; 1.673/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Taiobeiras o imóvel que especifica; 1.674/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Carangola o imóvel que especifica; 1.675/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Brasília de Minas os imóveis que especifica; 1.686/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição da Barra de Minas o imóvel que especifica; 1.690/2007, do Deputado Carlos Mosconi, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Poços de Caldas o imóvel que especifica; e 1.828/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o DER-MG a doar ao Município de Ouro Fino o imóvel que especifica; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 25 de março de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

##### Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 41/2008

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Gilberto Abramo, Almir Paraca, Delvito Alves e Wander Borges, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 26/3/2008, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 25 de março de 2008.

Lafayette de Andrada, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

##### Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Luiz Tadeu Leite, João Leite, Ruy Muniz e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 26/3/2008, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutir e votar o Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei nº 291/2007, do Deputado Carlos Pimenta, de se debaterem, em audiência pública, a construção e a gestão do complexo penitenciário em Ribeirão das Neves, com a presença de convidados, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 25 de março de 2008.

Durval Ângelo, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

##### Reunião Extraordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Elisa Costa e os Deputados Antônio Carlos Arantes, Domingos Sávio e Walter Tosta, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 28/3/2008, às 9 horas, no Plenário da Câmara Municipal de Governador Valadares, com a finalidade de debater alternativas de desenvolvimento que visem minimizar os efeitos do intenso fluxo migratório de trabalhadores da

Região do Vale do Rio Doce para o exterior e preparar as condições para o gradativo retorno desses migrantes, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 25 de março de 2008.

Rosângela Reis, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Juninho Araújo, Djalma Diniz, Gil Pereira e Paulo Guedes, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 28/3/2008, às 10 horas, no Centro Social do Município de Papagaio, para, em audiência pública, debater as precárias condições da MG-423, bem como a urgente necessidade de prover sua pavimentação asfáltica; e para discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 25 de março de 2008.

Gustavo Valadares, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Luiz Tadeu Leite, João Leite, Ruy Muniz e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 31/3/2008, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir, em audiência pública, com a presença de convidados, propostas do Movimento Tortura Nunca Mais, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 25 de março de 2008.

Durval Ângelo, Presidente.

#### TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer SOBRE Os PROCESSOS DE LEGITIMAÇÃO DE POSSE DE TERRAS DEVOLUTAS DO ESTADO A QUE SE REFERE A MENSAGEM Nº 155/2008

Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Relatório

O Governador do Estado, no uso da competência que lhe confere o inciso V do art. 90 da Constituição do Estado, enviou a esta Casa, por intermédio da mensagem em epígrafe, 11 processos administrativos de legitimação de posse de terra devoluta rural do Estado.

A mensagem foi publicada no "Diário do Legislativo" de 22/2/2008 e distribuída a esta Comissão, nos termos dos arts. 188 e 102, IX, "e", do Regimento Interno.

Em observância às regras emanadas da Decisão Normativa da Presidência nº 18, de 1993, que disciplina a tramitação da matéria, compete a este órgão colegiado, nesta fase preliminar dos trabalhos, examiná-la quanto aos pressupostos legais.

Fundamentação

Por intermédio da Mensagem nº 155/2008, o Governador do Estado encaminhou a esta Casa 11 processos de legitimação de lotes de terras devolutas rurais, situados nos Municípios de Indaiabira, Montezuma, Rio Pardo de Minas e Santo Antônio do Retiro, todos com área superior a 100ha e devidamente instruídos pelo Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais - Iter-MG -, autarquia vinculada à Secretaria de Estado Extraordinária para Assuntos de Reforma Agrária.

O inciso XXXIV do art. 62 da Constituição do Estado atribui à Assembléia Legislativa a competência privativa de aprovar, previamente, a alienação ou a concessão de terra pública, com os seguintes preceitos: a) a legitimação de terras devolutas situadas no perímetro urbano ou na zona de expansão urbana, com área limitada a 500m<sup>2</sup> e 2.000m<sup>2</sup>, respectivamente; b) a alienação ou concessão de terra pública previstas no plano de reforma agrária estadual aprovado em lei; c) a concessão gratuita do domínio de área devoluta rural não superior a 50ha a quem cumpra os requisitos constitucionais; d) em ação judicial discriminatória, limitada a área de 250ha, cumprida sua função social, nos termos do art. 186 da Constituição Federal, e devolução, pelo ocupante, da área remanescente; e) a alienação ou a concessão de terras públicas e devolutas rurais com área de até 100ha.

Cabe observar, ainda, que o § 6º do art. 247 permite a alienação de terra devoluta rural, por compra preferencial, até a área de 250ha, "a quem torná-la economicamente produtiva e comprovar sua vinculação pessoal com ela". Isso significa que o posseiro, considerado individualmente, poderá legitimar gleba com área de até 250ha, mesmo que o respectivo processo administrativo, instruído pelo Iter, trate também de legitimação de posse de demais beneficiários e o somatório das áreas das glebas - sempre contíguas - ultrapasse o limite constitucional de 250ha. Esse órgão adota esse procedimento tendo em vista alcançar economia processual, o que é razoável e não entra em conflito com os preceitos constitucionais e legais que regem a matéria.

Assim o fez com relação aos processos que dizem respeito a duas glebas situadas no Município de Rio Pardo de Minas, uma na Fazenda Aidópolis e outra na Fazenda Rancho, havendo dois posseiros em cada uma. Em ambos os casos, cada um deles terá direito a uma área entre 100ha e 250ha, o que atende à exigência constitucional.

Esclareça-se que a tramitação de todos os processos far-se-á mediante o disposto no art. 30, § 3º, da Lei nº 11.020, de 1993, com a redação dada pela Lei nº 12.416, de 1996, os quais estão desprovidos de vícios jurídicos.

Em atendimento ao preceituado na mencionada decisão normativa, apresentamos projeto de resolução ao final deste parecer, que aprova as devidas alienações, de conformidade com os respectivos autos de processos administrativos.

#### Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela apresentação de projeto de resolução, a seguir formalizado.

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº /2008

Aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, as alienações das terras devolutas que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - Ficam aprovadas, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, as alienações das terras devolutas especificadas no anexo desta resolução, observada a enumeração dos respectivos beneficiários.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

#### Anexo

(a que se refere o art. 1º da Resolução nº , de de de 2008)

Nº	Requerente	Denominação	Município	Área (ha)
1	Antônio Carlos Afonso dos Santos	Fazenda Aidópolis	Rio Pardo de Minas	211,9829
2	Antônio Pereira da Silva	Fazenda Canabral	Indaiabira	136,0100
3	Cerâmica dos Montes Ltda.	Fazenda Capão	Santo Antônio do Retiro	247,6067
4	Dagmara Rodrigues	Fazenda Rancho	Rio Pardo de Minas	209,0517
5	Espólio de Clemente Alves Silva	Fazenda Canjão	Rio Pardo de Minas	101,4082
6	Espólio de Joaquina Maria de Jesus	Fazenda Pintado	Indaiabira	107,5132
7	Espólio de Luzia Moreira dos Anjos	Fazenda São Joaquim	Santo Antônio do Retiro	177,9604
8	Espólios de Jason Santana e Durvalina Freire de Santana	Fazenda Curral de Éguas	Montezuma	107,7932
9	João Alvino Alves	Fazenda Aidópolis	Rio Pardo de Minas	211,9830
10	João Mendes da Luz	Fazenda Muniz	Indaiabira	111,8831
11	Jurandy Mendes Silveira	Fazenda Vargem do Pari-Sobrado	Rio Pardo de Minas	173,8771
12	Naima Rodrigues e Xavier	Fazenda Rancho	Rio Pardo de Minas	209,0518
13	Olegário de Amorim Bernardes	Fazenda Brejinho	Montezuma	250,0000

Getúlio Neiva, Presidente - Antônio Carlos Arantes, relator - Chico Uejo.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.951/2007

Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Relatório

De autoria do Deputado Dinis Pinheiro, o projeto de lei em epígrafe visa instituir o Dia da Mobilização contra o Aquecimento Global e dar outras providências.

A proposição foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. Agora, vem a esta Comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do disposto no art. 102, VIII, combinado com o art. 190, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.951/2007 tem por escopo instituir o Dia da Mobilização contra o Aquecimento Global, a ser realizado anualmente em 16 de setembro. Nessa data serão promovidos eventos no âmbito das instituições estaduais com o objetivo de divulgar o fenômeno do aquecimento global e incentivar ações preventivas a seu agravamento, estimular o debate sobre os problemas ambientais, incentivar ações de conservação do meio ambiente e promover a educação e a conscientização ambiental.

O fenômeno do aquecimento global tem preocupado cada vez mais a comunidade científica. Refere-se ao aumento da temperatura terrestre não só numa zona específica, mas em todo o planeta, devido ao uso de combustíveis fósseis, queimadas e alguns processos industriais, que levam à acumulação na atmosfera de gases poluentes, tais como dióxido de carbono, metano e óxido de azoto.

A humanidade, em desrespeito à natureza, produz enormes quantidades desses poluentes, fazendo com que seus índices sejam elevados, provocando aumento na temperatura terrestre, com conseqüências graves ao planeta e risco da sobrevivência dos seus habitantes.

Se não for tomada providência contra esse agravamento, ocorrerão problemas sérios, como o derretimento de geleiras, com conseqüente aumento do nível dos mares e o desaparecimento de cidades litorâneas; prejuízo para as plantações, o que ocasionará falta de alimentos e, por conseguinte, fome; diminuição da água potável e intensificação de fenômenos da natureza, como furacões e terremotos.

O aumento da temperatura do planeta, além de ameaçar o hábitat natural de animais e plantas, trará, para esses e para a espécie humana, riscos de doenças epidêmicas, uma vez que influencia o desenvolvimento de vírus, bactérias e outros elementos patogênicos e seus vetores de propagação, mosquitos e roedores, entre outros.

Para reverter o quadro anteriormente descrito é necessário que os países se comprometam a diminuir, até o ano de 2050, as emissões de gases poluentes em 60%; que, no máximo até 2010, pelo menos 5% de todos os carros sejam movidos a biocombustíveis; que regiões devastadas sejam reflorestadas; e que tecnologias consideradas limpas, que promovam o desenvolvimento sem causar danos à natureza, sejam adotadas.

Entretanto, essa responsabilidade não é apenas dos governos. Todos podem e devem contribuir por meio de ações cotidianas, como a economia do consumo de água e energia, a coleta seletiva do lixo e a utilização de transporte coletivo.

Nesse contexto, a iniciativa do projeto de lei em análise é oportuna e meritória, pois institui uma data específica para a mobilização da sociedade, com o apoio do poder público, contra esse fenômeno da atualidade. Por meio da conscientização dos riscos do aquecimento global, será possível a participação de todos para a conservação do planeta.

Cabe ressaltar, por fim, que o Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, tem como objetivo sanar impropriedades encontradas no texto original, adequando-o à técnica legislativa.

Conclusão

Pelas razões expostas, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.951/2007, em turno único, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 19 de março de 2008.

Sávio Souza Cruz, Presidente - Inácio Franco, relator - Wander Borges - Almir Paraca.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.989/2008

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Fahim Sawan, o projeto de lei em epígrafe visa a instituir o Dia do DeMolay.

A proposição foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Agora, vem a matéria a esta Comissão, para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do disposto no art. 102, XIV, combinado com o art. 190, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.989/2008 tem por escopo instituir o Dia do DeMolay, a ser comemorado anualmente no dia 18 de março.

Cabe esclarecer que a Ordem DeMolay é uma organização filosófica e fraternal, para homens com idade entre 12 e 21 anos, fundada nos Estados Unidos, em 1919, pelo maçom Frank Sherman Land. É patrocinada e apoiada pela Maçonaria, oficialmente desde 1921, que, na maioria dos casos, cede seus espaços para as reuniões das células da Ordem, denominadas Capítulos.

Essa organização é inspirada na história e no exemplo de Jacques DeMolay, 23º e último Grão-Mestre da Ordem dos Templários, morto no século XIV, após ser perseguido pela Inquisição da Igreja Católica, por ordem do Rei Filipe IV de França, por não entregar seus companheiros nem faltar com fidelidade a seus juramentos.

A Ordem DeMolay baseia-se em princípios de virtudes, como a fraternidade e o companheirismo, incentivando cada membro a observar preceitos considerados deferenciais na vida de um líder e determinantes para seu sucesso. Fundamenta-se na defesa das liberdades religiosa, civil e intelectual.

Jacques DeMolay nasceu em Vitrey, na França, no ano de 1244. Pouco se sabe de sua família ou sua primeira infância, mas com 21 anos tornou-se membro da Ordem dos Cavaleiros Templários, participando destemidamente de numerosas Cruzadas.

Após 200 anos de lutas, os Templários foram fortemente entrincheirados na Europa e na Grã-Bretanha. Em 1305, Filipe IV de França, atento ao imenso poder que teria, tentou unir as Ordens dos Templários e dos Hospitalários. Não obtendo sucesso, optou por destruí-las, a fim de impedir qualquer aumento de poder do Sumo Pontífice, pois as Ordens eram ligadas apenas à Igreja.

DeMolay e outros Templários foram presos e atirados em calabouços, forçados a apoiar a condenação da Ordem e transferir suas propriedades para outros donos. DeMolay deveria trair os outros líderes da Ordem e informar onde todas as propriedades e os fundos poderiam ser encontrados, mas recusou-se a fazê-lo.

No dia 18/3/1314, uma comissão especial nomeada pelo Papa Clemente V reuniu-se em Paris para determinar o destino de DeMolay, que, por não concordar com uma confissão forjada, foi punido com a morte, sendo queimado vivo no mesmo dia.

Atualmente, a Ordem DeMolay defende a manutenção das escolas públicas, como base essencial para o desenvolvimento, e a promessa da construção de um novo mundo por meio de um melhor preparo da juventude.

Diante dessas considerações, é meritória a pretensão do projeto de lei em análise de instituir um dia para que esses jovens que lutam em defesa de uma sociedade mais justa possam refletir sobre a história e sobre o futuro de nossa sociedade.

#### Conclusão

Pelas razões expostas, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.989/2008, em turno único.

Sala das Comissões, 19 de março de 2008.

Rosângela Reis, Presidente - Antônio Carlos Arantes, relator - Walter Tosta.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.061/2008

Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo

#### Relatório

De autoria da Deputada Elisa Costa, o projeto de lei em tela tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Comercial, Industrial, Agropecuária e Prestação de Serviços de São Domingos das Dores, com sede no Município de São Domingos das Dores.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a este colegiado para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.061/2008 pretende declarar de utilidade pública a Associação Comercial, Industrial, Agropecuária e Prestação de Serviços de São Domingos das Dores, que tem por objetivo fomentar o espírito de colaboração entre seus associados, divulgar e aprimorar os princípios da ética profissional relacionados com as suas atividades e estabelecer intercâmbio de idéias e informações quanto a iniciativas para estudo e defesa de seus problemas.

Atua ainda na promoção de eventos sociais, culturais e de lazer, além da prestação de serviços de assistência social a todos os necessitados que a ela recorrem.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

#### Conclusão

Pelo aduzido, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.061/2008 em turno único.

Sala das Comissões, 25 de março de 2008.

Zezé Perrella, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.104/2008

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

O Projeto de Lei nº 2.104/2008, de autoria do Deputado Almir Paraca, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Educacional de Montes Claros - Ibituruna - Funadem -, com sede no Município de Montes Claros.

O projeto foi publicado no "Diário do Legislativo" de 3/3/2008 e distribuído a esta Comissão a fim de ser examinado preliminarmente quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determinam os arts. 188 e 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.104/2008 tem por objetivo declarar de utilidade pública a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Educacional de Montes Claros-Ibituruna, com sede no Município de Montes Claros.

Os requisitos pelos quais as associações e fundações constituídas no Estado podem ser declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o atendimento às exigências ali mencionadas, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica; funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, que prestam seus serviços gratuitamente.

Note-se que o estatuto da entidade determina no art. 10 que, caso seja ela dissolvida, seu patrimônio remanescente será destinado a instituições congêneres, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social, com sede e atividades na região do Norte de Minas Gerais, e, no art. 14, que ela não remunera os membros do conselho de administração, do conselho fiscal, nem os ocupantes dos cargos de sua diretoria.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 2.104/2008.

Sala das Comissões, 18 de março de 2008.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Delvito Alves, relator - Hely Tarquínio - Sebastião Costa - Neider Moreira.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 2.162/2008

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Vanderlei Miranda, o projeto de lei em epígrafe "acrescenta parágrafo ao art. 12 da Lei nº 14.870, de 16 de dezembro de 2003, dispendo sobre a qualificação de pessoa jurídica de direito privado como organização da sociedade civil de interesse público - Oscip".

Publicado no "Diário do Legislativo" de 14/3/2008, foi o projeto distribuído às Comissões de Constituição e Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Cabe a esta Comissão emitir parecer sobre os aspectos de juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em apreço tem o fito de corrigir distorções na Lei nº 14.870, de 16/12/2003, que dispõe sobre a qualificação de pessoa jurídica de direito privado como organização da sociedade civil de interesse público - Oscip - e dá outras providências. O objetivo é adequar as regras de qualificação da entidade como Oscip e de celebração do termo de parceria no caso de qualificação com base na experiência dos seus dirigentes.

A referida lei prevê no inciso IV do art. 7º, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 17.349, de 17/1/2008, como requisito para a qualificação como Oscip, a apresentação de documentos que comprovem a experiência mínima de dois anos da entidade na execução das atividades indicadas no seu estatuto social, conforme previsto em regulamento; todavia, nos termos do § 1º do mesmo dispositivo há a ressalva de que a mencionada comprovação poderá, a partir da data de publicação da referida lei até 31/12/2009, ser suprida mediante comprovação da experiência dos dirigentes da entidade na execução das atividades indicadas em seu estatuto social, conforme previsto em regulamento (parágrafo acrescentado pelo art. 1º da Lei nº 17.349, de 17/1/2008).

Já o art. 12 da lei que se pretende alterar exige, para a celebração do termo de parceria entre o poder público e a Oscip, a apresentação, pela Oscip, de relatório circunstanciado comprovando sua experiência por dois anos na execução de atividades na área do objeto do termo de parceria, conforme o disposto em regulamento.

Assim, a proposta em comento pretende possibilitar que uma Oscip que já foi qualificada por atender aos requisitos previsto na lei possa celebrar o termo de parceria para concretizar os objetivos sociais previstos na lei.

No que toca aos aspectos jurídicos, não encontramos óbice à tramitação da matéria. A matéria atinente às Oscips não constitui assunto de competência privativa da União nem do Município e pode ser objeto de disciplina jurídica por parte de qualquer uma das entidades federadas. Nos termos do § 1º do art. 25 da Constituição Federal, competem ao Estado todas as competências que não lhe sejam vedadas pelo texto constitucional. No que toca à iniciativa para a deflagração do processo legislativo, a Carta mineira não a inseriu no domínio da iniciativa

reservada a nenhum órgão nem autoridade, sendo lícita a apresentação do projeto por membro da Assembléia Legislativa. Vale ainda ressaltar que a proposição estabelece parâmetros e requisitos básicos para a qualificação de entidades particulares como Oscip, assegurando ao Poder Executivo, por meio da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, a competência para decidir sobre tal qualificação, já que o assunto está relacionado com a atuação do Estado administrador.

#### Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 2.162/2008.

Sala das Comissões, 25 de março de 2008.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente e relator - Sebastião Costa - Neider Moreira - Sargento Rodrigues - Hely Tarquínio.

#### Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 2.162/2008

#### Comissão de Administração Pública

#### Relatório

De autoria do Deputado Vanderlei Miranda, o projeto de lei em epígrafe acrescenta parágrafo ao art. 12 da Lei nº 14.870, de 16/12/2003, dispondo sobre a qualificação de pessoa jurídica de direito privado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip.

Publicado no "Diário do Legislativo" de 14/3/2008, foi o projeto analisado pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Cabe a esta Comissão analisar a matéria quanto ao seu aspecto de mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

A proposição em exame pretende regular matéria atinente à celebração de termo de parceria entre o poder público e entidades qualificadas como Oscips.

Nos termos do inciso IV do art. 7º da Lei nº 14.870, de 2003, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 17.349, de 17/1/2008, é requisito para a qualificação de entidade como Oscip a apresentação de documentos que comprovem sua experiência mínima de dois anos na execução das atividades indicadas em seu estatuto social, conforme previsto em regulamento. Tal exigência pode ser suprida caso se comprove a experiência dos dirigentes da entidade na execução das referidas atividades.

A proposta em tela pretende uniformizar a norma com o objetivo de permitir a parceria entre o poder público e a entidade da sociedade civil se esta tiver sido qualificada com base na experiência de seus dirigentes.

A Oscip é uma figura jurídica que surgiu no direito brasileiro no ano de 1998, com a reforma administrativa introduzida no texto da Constituição Federal, na busca de novas formas de atuação estatal para se atingir mais qualidade e eficiência na prestação de determinados serviços de interesse público. No âmbito federal, a matéria é regulamentada pela Lei nº 9.790, de 23/3/99. Já no Estado, a lei que regulamenta a qualificação das Oscips data de 2003 e, desde então, sofreu algumas alterações no intuito de concretizar essa forma de cooperação entre o setor público e o privado. Esta é, pois, mais uma adequação que busca viabilizar a implementação dessa forma de gestão pública.

Entendemos que a medida proposta busca, em última análise, viabilizar a implementação do referido termo e destacamos, por ser oportuno, que a lei que se pretende alterar prevê formas de se controlar a celebração dessas parcerias, seja por meio do Ministério Público, no exercício de suas competências legais, seja por meio do controle externo da Assembléia Legislativa, que o exercerá com o auxílio do Tribunal de Contas, ou por meio das hipóteses de perda da qualificação como Oscip, previstas no art. 10 da lei a ser alterada.

#### Conclusão

Pelas razões expostas, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.162/2008.

Sala das Comissões, 25 de março de 2008.

Ademir Lucas, Presidente - Inácio Franco, relator - Domingos Sávio - Chico Uejo - André Quintão.

#### Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.604/2007

#### Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.604/2007, de autoria do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santo Antônio do Monte o imóvel que especifica, foi aprovado nos turnos regimentais, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santo Antônio do Monte o imóvel que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Santo Antônio do Monte imóvel com área de 7.206,50m<sup>2</sup> (sete mil duzentos e seis vírgula cinqüenta metros quadrados), situado no Bairro Monsenhor Otaviano, naquele Município, registrado sob o nº 6.951, a fls. 192 do Livro 2-T, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santo Antônio do Monte.

Parágrafo único - O imóvel a que se refere o "caput" deste artigo destina-se à construção de ginásio poliesportivo e de escola municipal.

Art. 2º - O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 19 de março de 2008.

Lafayette de Andrada, Presidente - Gláucia Brandão, relatora - Agostinho Patrús Filho.

#### Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.631/2007

##### Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.631/2007, de autoria do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Barbacena o imóvel que especifica, foi aprovado nos turnos regimentais, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

#### PROJETO DE LEI Nº 1.631/2007

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Barbacena o imóvel que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Barbacena imóvel com área de 1.193,04m<sup>2</sup> (mil cento e noventa e três vírgula zero quatro metros quadrados), situado na Praça Conde de Prados, nº 81, Centro, naquele Município, registrado sob o nº 64, a fls. 114 do Livro 3, no Cartório de Registro de Imóveis de 1º Ofício da Comarca de Barbacena.

Parágrafo único - O imóvel a que se refere o "caput" destina-se à instalação de serviços de saúde, educacionais e culturais.

Art. 2º - O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 13 de março de 2008.

Gláucia Brandão, Presidente - João Leite, relator - Luiz Tadeu Leite.

#### Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.632/2007

##### Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.632/2007, de autoria do Governador do Estado, que autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG - a doar ao Município de Campo Belo o imóvel que especifica, foi aprovado nos turnos regimentais, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

#### PROJETO DE LEI Nº 1.632/2007

Autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG - a doar ao Município de Campo Belo o imóvel que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG - autorizado a doar ao Município de Campo Belo

imóvel constituído por terreno e suas benfeitorias, com área total de 12.000m<sup>2</sup> (doze mil metros quadrados), situado no lugar denominado Fazenda da Chácara, naquele Município, registrado sob o nº 30.116, a fls. 149 do Livro 3-Q, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Belo.

Parágrafo único - O imóvel a que se refere o "caput" destina-se à instalação da Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Meio Ambiente.

Art. 2º - O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do DER-MG se, findo o prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 19 de março de 2008.

Lafayette de Andrada, Presidente - Gláucia Brandão, relatora - Agostinho Patrús Filho.

#### Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.683/2007

##### Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.683/2007, de autoria do Deputado Gustavo Valadares, que dá denominação ao trecho da Rodovia MG-314, no Município de Peçanha, foi aprovado em turno único, com a Emenda nº 1.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

#### PROJETO DE LEI Nº 1.683/2007

Dá denominação ao trecho da Rodovia MG-314 que liga o Município de Cantagalo ao Município de Peçanha.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica denominada Rodovia Prefeito Belisário da Cunha Pereira o trecho da Rodovia MG-314 que liga o Município de Cantagalo ao Município de Peçanha.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 5 de março de 2008.

Lafayette de Andrada, Presidente - Gláucia Brandão, relatora - Wander Borges.

#### Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.817/2007

##### Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.817/2007, de autoria do Deputado Sebastião Costa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Manhuaçu o imóvel que especifica, foi aprovado nos turnos regimentais, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

#### PROJETO DE LEI Nº 1.817/2007

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Manhuaçu o imóvel que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Manhuaçu imóvel com área de 471m<sup>2</sup> (quatrocentos e setenta e um metros quadrados), composto pelos lotes nºs 5 e 11 do quarteirão F, situado no bairro Dona Ana Gomes Dutra, no Distrito de São Pedro do Avaí, naquele Município, registrado sob o nº 3.794, a fls. 239 do Livro 2-K, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Manhuaçu.

Parágrafo único - O imóvel a que se refere o "caput" destina-se à construção de um posto de saúde.

Art. 2º - O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 19 de março de 2008.

Lafayette de Andrada, Presidente - Gláucia Brandão, relatora - Agostinho Patrús Filho.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.884/2007

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.884/2007, de autoria do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que declara de utilidade pública a Associação Comunitária de Radiodifusão Dom Othon Motta, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.884/2007

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária de Radiodifusão Dom Othon Motta, com sede no Município de Campanha.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária de Radiodifusão Dom Othon Motta, com sede no Município de Campanha.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 5 de março de 2008.

Lafayette de Andrada, Presidente - Wander Borges, relator - Gláucia Brandão.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.892/2007

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.892/2007, de autoria do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que declara de utilidade pública a Associação de Produtores de Agricultura Orgânica e Biodinâmica Serras Verdes, com sede no Município de Córrego do Bom Jesus, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.892/2007

Declara de utilidade pública a Associação de Produtores de Agricultura Orgânica e Biodinâmica Serras Verdes, com sede no Município de Córrego do Bom Jesus.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Produtores de Agricultura Orgânica e Biodinâmica Serras Verdes, com sede no Município de Córrego do Bom Jesus.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 5 de março de 2008.

Lafayette de Andrada, Presidente - Wander Borges, relator - Gláucia Brandão.

Parecer sobre as emendas nºs 1 e 2 ao Projeto de Lei Nº 1.046/2007

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria do Deputado Carlin Moura, o projeto em epígrafe dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo no Estado e dá outras providências.

Preliminarmente, a proposição foi distribuída à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Em seguida, foi o projeto encaminhado a esta Comissão, obtendo parecer pela aprovação na forma do substitutivo apresentado.

Encaminhada a matéria à Comissão de Fiscalização Financeira, esta opinou por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 2, que apresentou.

Na fase de discussão do projeto no 1º turno, foram apresentadas em Plenário as Emendas nºs 1 e 2, que vêm a esta Comissão para receber parecer, nos termos do art. 188, § 2º, do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O projeto de lei original propõe uma política de estímulo à participação da sociedade no desenvolvimento do desporto, concedendo incentivos fiscais ao contribuinte que fomentar atividade esportiva mediante doação ou patrocínio.

A Comissão de Constituição e Justiça, em seu parecer, acatado por esta Comissão, apontou questões de ordem constitucional que impediriam a tramitação da matéria nos moldes propostos. No entanto, com o intuito de viabilizar a proposição, apresentou o Substitutivo nº 1, que propõe alterações na Lei nº 16.318, de 11/8/2006, que contém matéria de natureza similar, ao dispor sobre a concessão de desconto para pagamento de crédito tributário relativo ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

Esse substitutivo pretende ampliar as possibilidades de financiamento dos projetos desportivos, ao estender o benefício previsto na Lei nº 16.318, de 2006, a qualquer crédito tributário inscrito em dívida ativa, e não somente àquele relativo ao ICMS. Pretende, ainda, estender o prazo de inscrição na dívida ativa de dezembro de 2005 para dezembro de 2006.

A Comissão de Fiscalização Financeira ao apreciar a proposição em comento, apresentou o Substitutivo nº 2, com o intuito de adequar o texto do Substitutivo nº 1 à melhor técnica legislativa.

A Emenda nº 1, apresentada em Plenário pelo Deputado João Leite, pretende dar nova redação ao art. 5º da Lei nº 12.733, de 30/12/97, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais com o objetivo de estimular a realização de projetos culturais no Estado. Conquanto essa lei também disponha, como o projeto em exame, sobre a concessão de incentivos fiscais, entendemos que o objeto do benefício, qual seja, a realização de projetos culturais, se distancia do assunto versado na proposição em comento. Assim, nos termos do inciso I do art. 228 do Regimento Interno, a Emenda nº 1 não é pertinente à matéria ora em análise e deve ser rejeitada. Além disso, é oportuno ressaltar que a mudança desejada pelo autor dessa emenda – estender o prazo da inscrição em dívida ativa para que o contribuinte possa se utilizar do benefício – já foi implementada pela Lei nº 17.247, de 2007, que dilatou o referido prazo até 31/10/2007.

Já a Emenda nº 2, de mesma autoria, pretende dar nova redação ao art. 5º da Lei nº 16.318, de 2006, de forma a ampliar o prazo de inscrição na dívida ativa para 30/11/2007, bem como aumentar o percentual de desconto relativo ao crédito tributário do ICMS de 50% para 90%.

A citada Lei nº 17.247, de 2007, já cuidou de promover a ampliação de prazo para inscrição em dívida ativa também para o benefício de que trata a Lei nº 16.318, de 2006, até o dia 31/10/2007. Paralelamente, como dito acima, o Substitutivo nº 2 visou exatamente ao aprimoramento da técnica legislativa, de forma a evitar a citação de data em vários dispositivos da lei – inclusive, no caso, do art. 5º – concentrando essa referência no "caput" do art. 1º. Além disso, esse substitutivo, tal qual o Substitutivo nº 1, tem a já elogiada lucidez de estender o benefício a todo crédito tributário inscrito em dívida ativa, independentemente de ser oriundo de ICMS. Dessa forma, apenas por não incorporar esse aprimoramento, deve a Emenda nº 2 ser rejeitada.

Quanto ao aumento do percentual do crédito tributário para 90%, em que pese à meritória intenção do autor, parece-nos que a realidade das contas públicas inviabiliza essa pretensão. O percentual de desconto de 50%, definido na Lei 16.318, de 2006, foi fruto de discussões e concessões por parte dos Poderes Legislativo e Executivo, quando da tramitação do projeto respectivo nesta Casa Legislativa, sendo o mais plausível na atualidade. Assim, parece-nos que, também nesse tópico, a Emenda nº 2 deve ser desconsiderada.

Por fim, apresentamos a Emenda nº 3, que, sem abrir mão dos aprimoramentos trazidos até o momento, visa adequar o prazo da inscrição na dívida ativa, que, nos termos dos Substitutivos nºs 1 e 2, restringia-se a 31/12/2006.

#### Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação da seguinte Emenda nº 3 e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2, apresentadas ao Projeto de Lei nº 1.046/2007.

#### EMENDA Nº 3

Dê-se ao art. 1º da Lei nº 16.317, de 11 de agosto de 2006, a seguinte redação:

"Art. 1º - O Poder Executivo concederá desconto para pagamento de crédito tributário inscrito em dívida ativa até 31 de dezembro de 2007, com o objetivo de estimular a realização de projetos desportivos no Estado, nas condições especificadas nesta lei."

Sala das Comissões, 19 de março de 2008.

Maria Lúcia Mendonça, Presidente e relatora - João Leite - Carlin Moura.

### PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

14ª reunião ordinária da 2ª sessão legislativa ordinária da 16ª legislatura

Discursos Proferidos em 12/3/2008

O Deputado Durval Ângelo\* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, público presente nas galerias, telespectadores da TV Assembléia, duas razões me trazem a esta tribuna hoje. A primeira é uma manifestação a respeito de dois Promotores de Justiça e um Juiz de Direito. A segunda refere-se a comentários a respeito da questão policial em Minas Gerais.

Na condição de Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, venho manifestar minha

solidariedade e apoio ao Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Ribeirão das Neves, Dr. Wenderson de Souza Lima, e aos representantes do Ministério Público na Comarca de Belo Horizonte, Dr. Rodrigo Fonte Boa, da Promotoria de Justiça de Combate ao Crime Organizado, e Dr. Leonardo Barbabela, da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público. Nossa sociedade clama pela existência de homens honrados, justos e corajosos, tais como o Juiz e os Promotores em destaque, dispostos a manter acesa a chama da esperança, que nos conduzirá a um mundo mais igualitário, no qual prevaleça a verdade e a justiça.

Já faz algum tempo, que os referidos profissionais têm sofrido ataques verbais absurdos de maneira leviana e totalmente sem fundamento. Como é sabido, o Direito Penal tutela a honra na condição de bem jurídico, com a tipificação dos crimes de calúnia, difamação e injúria. As acusações são infundadas e visam a depreciar e desprestigiar os Promotores Rodrigo Fonte Boa e Leonardo Barbabela, bem como o Juiz Wenderson de Souza Lima, pois, como atuam combativa e eficazmente nas suas áreas, isso incomoda. Eles são incansáveis na luta por justiça; não se intimidam nem se calam nem mesmo diante de ameaças de morte.

Em um momento no qual toda a sociedade brasileira clama por paz e por prestação jurisdicional eficaz, causa-nos indignação e repulsa que membros do Ministério Público e do Judiciário, de conduta exemplar, sejam achincalhados covardemente e, pior de tudo, sem que haja absolutamente nada de concreto que justifique tais manobras, a não ser o puro interesse de desestabilização do Poder e de instituições que representam com dedicação. Não é possível, portanto, aceitar que pessoas de bem, lutadoras e incansáveis na busca de meios que nos levam a uma sociedade mais justa, sejam aviltados, o que configura total inversão dos valores que tanto perseguimos.

Com orgulho, constato a existência, nos quadros do Poder Judiciário e do Ministério Público de nosso Estado, de pessoas idôneas e admiráveis, como os Drs. Wenderson de Souza Lima, Rodrigo Fonte Boa e Leonardo Barbabela, homens sérios, combativos e principalmente sensíveis às questões mais sérias que envolvem os interesses coletivos. Somos admiradores tanto dos profissionais - autoridades competentes que são - quanto dos cidadãos. Quero destacar o brilhante Juiz que é o Dr. Wenderson de Souza Lima em Ribeirão das Neves. Ele tem sido o grande parceiro das causas maiores e do objetivo maior da Justiça; tem sido também, de forma especial, alguém que sempre levanta a voz naquele Município para que a Constituição e a lei orgânica do Município sejam cumpridas. Tem um trabalho admirado por toda a Comissão de Direitos Humanos, que recentemente fez dois contatos com ele no fórum de Ribeirão das Neves. Aliás, ressalto a sua forma tão solícita e rápida em atender às questões pertinentes à Comissão de Direitos Humanos.

Já o Dr. Rodrigo Fonte Boa abrilhantou o quadro da perícia do Estado de Minas Gerais, onde iniciou a sua carreira causando admiração a todos que com ele conviveram no departamento da Polícia Civil. Em Ribeirão das Neves, mostrou um trabalho muito firme, em que se destaca o combate aos loteamentos clandestinos no Município. A partir dessa ação e da pressão desse Promotor, muitos moradores de Ribeirão das Neves se beneficiaram com melhorias necessárias em seus bairros. Hoje Rodrigo tem sido um dos grandes destaques do Ministério Público na Promotoria de Combate ao Crime Organizado. Em Minas, temos visto tanto o combate à pistolagem como apreensões e combate ao tráfico de drogas - como aconteceu recentemente em Tarumirim - e à sonegação fiscal. O combate a esses e a tantos outros crimes tem uma parceria proveitosa com o Dr. Rodrigo e com outros Promotores que lá atuam, como o Dr. André Ubaldino, e com as Polícias Civil e Militar.

Hoje, com toda certeza, se temos uma ordem equilibrada no Estado, maior tranqüilidade em muitos Municípios e até ampliada a arrecadação do Estado de Minas Gerais, a ação da Promotoria de Combate ao Crime Organizado, com o Dr. Rodrigo, contribuiu muito para isso. Gostaria também de destacar o Dr. Leonardo Barbabela, pessoa ímpar. A Comissão de Direitos Humanos tem sempre encontrado as portas abertas, na Promotoria do Patrimônio Público, para a defesa da justiça. Quando algum camêlo, associado da Asmare ou qualquer cidadão é lesado por um ente público ou por algum representante do ente público, a Comissão tem ido ao Dr. Rodrigo, e tem recebido, além do apoio e da urbanidade no trato, a posição firme de defesa do menos favorecido e do princípio maior da justiça.

Concedo um aparte à colega Deputada Gláucia Brandão, que também é do Município de Ribeirão das Neves e certamente poderá falar desses dois Promotores e do Juiz, por conhecê-los profundamente.

A Deputada Gláucia Brandão (em aparte) - Agradeço o aparte, e parabeno o Deputado pela profundidade, clareza e objetividade como V. Exa. fala desses Promotores e do Juiz. Nós que moramos naquela cidade, que somos testemunhas do trabalho da promoção da justiça que fizeram, e vêm fazendo, em prol de Minas Gerais e em Ribeirão das Neves e do caráter e da responsabilidade desses homens, só temos a agradecer. Como moradora daquele Município e Deputada majoritária, quero fazer das suas palavras as minhas e dizer que temos clareza do trabalho prestado e da grandeza, da competência e do compromisso que esses homens têm com a verdade e a justiça. Muito obrigada pelo aparte.

O Deputado Durval Ângelo\* - Agradeço o aparte da nobre colega. Certamente, sua presença recente neste Legislativo mostra como Ribeirão das Neves ganha com essa representação, com sua presença aqui.

Sobre os Drs. Wenderson, Rodrigo Fonte Boa e Leonardo Barbabela, só me resta dizer que são profissionais incansáveis na defesa dos direitos e garantias fundamentais, inabaláveis na busca do cumprimento das leis vigentes, e merecem toda a reverência.

Valho-me de um pensamento do inesquecível mestre Rui Barbosa, que bem traduz momentos tão singulares como o de hoje: "Nas almas mais afeitas a entesourar o desprezo da injustiça, há crises de indignação que varrem violentamente as maiores reservas de indiferença".

O segundo assunto, Sr. Presidente - pedindo a sua paciência pelo tempo, já prevendo que irei ultrapassá-lo -, é referente à questão policial que citei. Senhores, no dia de ontem, 11/3/2008, às 3h30min, uma senhora de nome Maria da Glória Rodrigues de Sousa vai, de Governador Valadares para Águas Formosas, visitar seus parentes que lá moram. Acompanhada de sua mãe, ao chegar à rodoviária, foi vítima de um assalto. Por incrível que pareça, ao se indignar e gritar por socorro, a Polícia Militar veio defendê-la e, em vez de prender o bandido, começou a agredi-la, às 3h30min.

A agressão foi tão violenta que ela ficou desmaiada no chão da rodoviária e os policiais militares, atemorizados, fugiram do local. Um senhor, cujo nome é Edivaldo, pegou essa senhora no colo e a levou até o Hospital São Vicente de Paulo. Na mesma hora em que lá chegou, já agonizando em razão das pancadas que tomou, o hospital negou-se a atendê-la. Ela acabou morrendo, dentro do hospital, nos braços do Sr. Edivaldo. O hospital disse que não tinha mais nada a fazer, pois ela já havia morrido. A mãe, com um vizinho, enrolou essa senhora de 38 anos, que tinha três filhos - Mateus, de 11 anos; Tiago, de 13; e Rafael, de 17 -, num lençol e a levou no colo para a sua pobre casa na periferia de Águas Formosas. Percebendo a crise, o hospital enviou uma ambulância para buscar o corpo, a fim de constatar a morte. Hoje, às 8h30min, essa senhora foi enterrada numa cova rasa, em Águas Formosas, e está sendo aguardado, amanhã de manhã, a chegada da perícia para fazer o exame de corpo de delito.

A violência tem crescido. Nesta semana, o Deputado Rêmoló Aloise trouxe à Comissão uma denúncia de tortura, de um bárbaro assassinato ocorrido em Alpinópolis. Realizaremos uma audiência pública para tratar do assunto. O Deputado Célio Moreira trouxe uma denúncia referente a uma bárbara tortura ocorrida em Corinto, praticada por um policial militar, cujo nome é Chacal. Realizaremos uma audiência aqui.

Então, senhoras e senhores, os casos de violência têm crescido. Não deram nem socorro à vítima agredida por pontapés e cacetadas. Pedimos providências ao Dr. Gustavo Botelho Neto. Além disso, solicitamos a presença lá, amanhã, de dois peritos médicos, e não de um, para fazer a perícia. Não queremos que um perito simplesmente assine o resultado do seu companheiro, mas sim uma perícia séria. Como nos garantiu o Sr. Gustavo Botelho Neto, Superintendente-Geral da Polícia Civil, que, aliás, vem realizando um ótimo trabalho à frente da Superintendência,

tenho certeza de que isso acontecerá. Comunicamos o fato também à Dra. Paola Domingos Botelho, Promotora de Justiça. Esperamos que a Polícia Civil atue.

Sr. Presidente, gostaria de, rapidamente, fazer dois relatos curtos. Hoje também se encerrou o inquérito referente a uma denúncia de crime de pistolagem em Tarumirim, comprovando a atuação de uma quadrilha naquela região. Queremos elogiar o Dr. Hugo, jovem Delegado, e toda a sua equipe pelo brilhante trabalho. Faremos um comunicado ao Chefe da Polícia Civil, registrando um elogio ao trabalho de toda a equipe. É evidente que algumas coisas complementares precisam ser feitas em Tarumirim. Vamos descobrir que há um advogado da cidade envolvido com pistolagem. O Dr. Raimundo Cândido, da OAB, precisa saber disso. As gravações estão indicando, Deputado Ademir Lucas, que esse advogado intermediava e pagava aos pistoleiros. Provaremos isso. Temos o nome do advogado. Vamos trazê-lo, a fim de o denunciar aqui. Há comprovação. No momento do depoimento, ele negou, negou, e depois teve de assumir. Chegou ao ponto de dizer num depoimento assinado que estava fazendo um serviço de empreitada. Além disso, quis explicar ao Delegado que empreitada era serviço de pedreiro, e não de pistolagem. Ele se equivocou. Veja o senhor que empreitada estava fazendo! O pistoleiro morto não era pedreiro - aliás, nem ele, advogado, tem conhecimento, na cidade de Tarumirim, que é pedreiro.

Há um último caso. Hoje também quero registrar um elogio ao Delegado Ramon Sandoli, que faz um excelente trabalho. No ano passado, denunciámos o caso das motos importadas roubadas e dos carros roubados em São Joaquim de Bicas, Igarapé. Hoje isso terminou tristemente. Agora darei ciência disso à imprensa, chegou ao que imaginávamos. O Dr. Geraldo Toledo, Delegado de Trânsito de Betim, está envolvido e foi indiciado. Tenho documentos de que uma moto roubada foi passada para o seu nome, e que, na cara-de-pau, ele usou o endereço da Delegacia Regional de Betim como seu endereço pessoal. Há também envolvimento de empresários e de outros policiais. Então, daremos ciência desse inquérito.

Sr. Presidente, vamos também fazer um elogio ao Dr. Ramon e a toda a sua equipe. O Dr. Ramon é uma pessoa séria, não agiu por perseguição a ninguém. Estão dizendo que seria ciúme ou perseguição a ação da Polícia Civil para apurar isso. Tenho documento que prova que a moto importada roubada, no valor de R\$70.000,00, está no nome do Delegado. Tenho esse documento em minhas mãos e foi o que passei à Polícia Civil. Aliás, tenho o histórico de toda a evolução de propriedade do bem. Não vamos dizer que o Dr. Ramon perseguiu alguém, apenas agiu no estrito cumprimento do dever. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Célio Moreira - Concedo aparte ao Deputado Vanderlei Miranda.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte) - Deputado Célio Moreira, obrigado pela compreensão e sensibilidade. Considerando o seu espírito cristão, não poderia ser diferente.

Gostaria de comunicar aqui o que já é sabido, se não por todos, por grande parte da população de Belo Horizonte, especialmente a população mineira, o falecimento ontem da D. Edite Rodrigues, esposa do nosso amigo - ele foi também um companheiro enquanto eu estava cumprindo o meu mandato de Vereador na Câmara -, Vereador Alberto Rodrigues, o Vibrante, competente narrador dos jogos do Cruzeiro. O corpo da sua esposa está sendo velado no Cemitério Parque da Colina, e o enterro será às 16 horas.

Manifesto aqui os sentimentos da minha família e, se posso falar pelos colegas, os sentimentos desta Casa, emprestando também a nossa solidariedade ao nosso amigo e ao seu filho Vibrantinho, nesse momento de dor de suas vidas. Obrigado, Deputado Célio Moreira.

O Deputado Célio Moreira - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores que nos assistem pela TV Assembléia, pessoas que comparecem a este Plenário, funcionários desta Casa, senhoras e senhores. Recentemente, o nosso Presidente Lula anunciou, com indisfarçável orgulho, que o País não deve mais, que pagou a sua dívida e que está na hora de começar a se endividar de novo. Sem dúvida, uma ótima notícia que nos encheria de orgulho, não fosse por um pequeno detalhe: há uma dívida que o governo tem a pagar e não parece disposto a fazê-lo - a dívida com os aposentados.

Eles representam cerca de 9 milhões de brasileiros e, a cada aumento do salário mínimo, vêem-se mais empobrecidos, perdendo o seu poder de compra, em decorrência da aplicação de índices diferenciados para o salário mínimo e as aposentadorias. Pelos cálculos já feitos por economistas, se prevalecerem os mesmos critérios atuais de reajustes, até 2030 os rendimentos de todos os aposentados do Brasil estarão reduzidos ao salário mínimo. Esse achatamento atingirá em torno de 8.100.000 segurados que ganham acima do salário mínimo.

Como sabem, o salário mínimo a ser pago em abril deste ano será de R\$415,00, com um reajuste acima de 9%, enquanto as aposentadorias acima de um salário serão reajustadas entre 5,2% e 5,3%, conforme estimativas das entidades representativas da classe. Se o Planalto continuar ditando essa política para as aposentadorias, veremos reeditado o que aconteceu no País nos anos 70, quando os que se aposentaram no início da década ganhando o equivalente a dez salários mínimos chegaram a 1988 com apenas dois salários e meio. Para alterar essa situação, a Constituição de 1988 determinou que qualquer reajuste deveria ser feito de forma a manter o número de salários mínimos no momento da concessão da aposentadoria. A regra está prevista no art. 58 das Disposições Constitucionais Transitórias, mas caiu por terra ao ser regulamentada pela Lei nº 8.213, de 1991.

Gráficos comparativos entre os salários mínimos de cada época e índices oficiais de reajuste das aposentadorias praticadas desde 1991 apontam a tendência de baixa. Calculam os economistas que em 20 anos as perdas atingirão mais de cinco salários mínimos. Quem recebe hoje cinco salários invariavelmente estará recebendo apenas o correspondente a um. Há pessoas do próprio governo sensibilizadas com a situação dos nossos aposentados, mas estão sendo impedidas, por forças internas, de reparar a injustiça praticada contra milhões de senhores e senhoras deste país. Desde 2003 tramita no Senado o Projeto de Lei nº 58, de autoria do Senador Paulo Paim, que busca resgatar o poder aquisitivo dos benefícios dos nossos pobres aposentados. O projeto está engavetado na Comissão de Assuntos Econômicos, porque o Senador Romero Jucá não se dispõe a dar seu parecer sobre a matéria e, por coincidência, o Presidente dessa Comissão é o Senador petista Aloizio Mercadante. O projeto, que pode representar uma melhora para a vida dos aposentados deste país, está sofrendo clara obstrução da base governista.

Em todos os seus atos, este governo manifesta sua tendência ao assistencialismo, ao populismo e pouca vocação para a prática da justiça, pois injustiça maior não há do que a que se pratica contra nossos aposentados, que já somam perdas irreparáveis a seus minguados ganhos. Dirão alguns que não foi o governo Lula quem editou essa política de reajuste salarial dos aposentados e que a culpa deve ser atribuída aos governos anteriores. Já não faz sentido, no entanto, o surrado discurso de comparação entre governos. O que importa é que hoje o País tem uma economia sólida, a dívida externa já é menor que a soma de nossas riquezas e a arrecadação de tributos vem crescendo ano a ano e batendo sucessivos recordes.

Nesse contexto tão favorável da economia brasileira, já não faz sentido continuar mantendo a política de aplicação de índices diferenciados para os aposentados, de maioria composta por idosos. É importante destacar que o trabalhador já leva a primeira pernada no ato da aposentadoria, com o tal redutor previdenciário, que reduz seus ganhos em 40%. Depois de aposentado, continua vitimado pela ação predatória da política do governo. O que tem sido feito com os brasileiros que dedicaram sua vida ao trabalho e ao crescimento deste país é uma crueldade, é indigno para com eles. Não é justo que a cada ano essas pessoas tenham que refazer seus cálculos para saber se poderão continuar pagando o plano

de saúde, ou a faculdade de seu filho, conta de água, luz e telefone, ou mesmo pôr comida na mesa.

Não bastassem os transtornos inerentes à terceira idade, como a perda de saúde, que implica mais gastos, vem ainda a política do governo tornar esse tempo mais sofrido.

É comum encontrarmos pessoas aposentadas voltando ao mercado de trabalho. E algumas, como os funcionários de recrutamento amplo desta Casa, voltam a contribuir com o INSS, embora essa contribuição jamais lhes retorne, de forma alguma. Muitos voltam ao mercado de trabalho por prazer, mas a maioria levada pela necessidade de complementação de seus ganhos.

A política para quem ganha mais de um salário mínimo é perversa. Um achatamento tão selvagem e desumano que, se não for implementada uma mudança, como já disse, todos os brasileiros estarão recebendo um salário mínimo em breve tempo.

Essa brutal perda de receita impede, por exemplo, que um casal de aposentados possa contratar uma auxiliar para os serviços domésticos. Já que o salário da doméstica terá sempre reajuste superior, em pouco tempo será impossível ao casal pagar por esses serviços.

Contra os aposentados ainda há a armadilha montada pelo governo de oferecer crédito fácil, criando em torno dos parques salários desses uma quase histeria dos bancos e financeiras.

Dados levantados ano passado para uma audiência pública requerida por mim na Comissão de Defesa do Consumidor indicaram que 80% dos salários dos aposentados e pensionistas estavam comprometidos com o sistema bancário. Hoje, como já era previsto, há o temor do setor financeiro de uma quebraadeira do sistema em razão dos calotes.

Existem aposentados e pensionistas que hoje estão recebendo 25% dos seus salários, porque todo o resto está comprometido com empréstimos bancários. Nessa idade, há exigência maior de alimentação melhor e maior compra de medicamentos. Os Municípios que não têm uma indústria e um comércio pujante, que vivem pela aposentadoria, estão quebrados porque o dinheiro fica nas instituições financeiras.

Não digo isso com a autoridade de um economista, que não sou, mas vejo hoje um Brasil de endividados, por conta da facilitação de um crédito que vem corroendo as finanças dos aposentados e da maioria agregada ao sistema bancário por força das contas-salário.

A impressão que se tem é que os aposentados representam para a política do governo um entulho, um embaraço. De colaboradores do processo produtivo, passam a inoportunos para o sistema quando deixam de colaborar com os cofres do INSS e passam a cobrar os dividendos em suas suadas aposentadorias.

Essa política desumana com os aposentados acontece, Sras. e Srs. Deputados, porque, infelizmente, somos um povo condescendente com o erro, com a injustiça, sem a necessária audácia para mudar os rumos deste país.

Aqueles que hoje estão em fase produtiva não têm olhos para a situação que os espera no futuro: a perda da qualidade de vida. E essa perda leva muitos brasileiros hoje ao sacrifício extremo de proteger seu emprego e fugir da aposentadoria porque sabem que o empobrecimento gradativo os espera. E não tinha de ser assim.

É preciso ter consciência da importância das aposentadorias na vida de nossos irmãos. É necessário ter a consciência de que as pessoas têm de trabalhar para viver, e não viver para trabalhar.

Concluindo, Sr. Presidente, muitos dos trabalhadores que, mesmo aposentados, retornam ao mercado de trabalho ainda têm contra eles outra armadilha: a soma dos proventos com o salário, que os joga na faixa de dedução do Imposto de Renda, engolindo grande parte de seus ganhos.

É louvável, Sr. Presidente, senhoras e senhores, que o governo se preocupe em estancar a fome com seu programa Fome Zero, que pretenda facilitar a acessibilidade dos estudantes às faculdades com melhoras nas condições das bolsas, mas é preciso que ele tenha olhos para os aposentados, uma classe esquecida, sufocada por uma política destoante de suas reais necessidades, que humilha a quem deu sua contribuição ao País. Há quem garanta que a Previdência é superavitária.

E o que proponho aqui nesta Casa, Sras. e Srs. Deputados, é que formemos uma corrente em âmbito nacional, reunindo parlamentares de todo o País, na luta pela reposição das perdas dos aposentados e da isonomia dos reajustes do salário mínimo e aposentadoria, pelo menos até o patamar de cinco salários mínimos.

As aposentadorias superiores a dois salários já somam perdas de 70%, e sabemos que há recursos para que todos, perante a lei, tenham o mesmo reajuste e não um índice diferenciado. O governo está levando nossos aposentados à miséria.

Esperava-se que para este ano o Orçamento Geral da União contivesse recursos para repor as perdas já sofridas pelos aposentados, mas tal não aconteceu. Precisamos agora, políticos, sociedade civil, lutar pela aprovação do Projeto de Lei Federal nº 58 e exigir do governo a reparação do cálculo aplicado no benefício dos aposentados já para este ano. Não é justo que seja sobre eles, exatamente sobre eles, que o governo continue buscando o equilíbrio das finanças deste país.

Então, Sr. Presidente, deixo aqui essa proposta de nos unirmos para lutar, tanto em âmbito estadual quanto no federal, para que esse Projeto de Lei Federal nº 58, de autoria do Senador Paulo Paim, seja votado e seja garantida aos nossos aposentados uma aposentadoria digna. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Deputado José Henrique, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, povo mineiro, gostaria de tocar em dois assuntos importantes nesta tarde, rapidamente, pois estou querendo ouvir o meu amigo Irani Barbosa. O primeiro diz respeito à segurança pública no Município de Montes Claros.

Na semana que passou, a Comissão de Segurança Pública desta Casa, sob o comando do Deputado Sargento Rodrigues, com a presença dos Deputados Paulo Cesar e Luiz Tadeu Leite e deste parlamentar, estive em Montes Claros para participar de um debate, que considero um dos mais importantes e prestigiados realizados nesse Município, sobre o tema da segurança pública.

O debate foi motivado pelo incômodo terceiro lugar que Montes Claros ocupa como cidade mais violenta do Estado de Minas Gerais, em razão do número crescente de homicídios e de mortes violentas, e também a pedido do Prefeito Municipal, do Secretário Municipal de Defesa Social,

companheiro Gildásio, dos Vereadores e da sociedade de Montes Claros. Realizamos tal debate, que contou com a presença maciça da população, além de representantes de todos os órgãos responsáveis pela segurança do povo do Município. Estavam presentes o Secretário Adjunto de Defesa Social; o Delegado Regional de Montes Claros e grande parte dos demais Delegados; a Polícia Militar, representada pelo Ten.-Cel. Franklin, responsável pelo batalhão da cidade; o Comandante da 3ª Regional da Polícia Militar, Cel. Hely; Juizes; Promotores; Vereadores; o Conselho de Segurança Pública Maçônico; estudantes; imprensa; o Corpo de Bombeiros.

Travamos, na oportunidade, discussão de altíssimo nível, extremamente importante e profícua, quando nos deparamos com um paradoxo. O governo Aécio Neves tem investido na segurança de Montes Claros como nunca nenhum governo investiu. Dados comprovam que o Governador construiu uma cadeia pública no Município com recursos da ordem de quase R\$17.000.000,00; que levou para lá um helicóptero e montou todo um aparato para a segurança aérea do Município; que liberou veículos novos, armamentos e mais policiais militares; que autorizou a formação de novas turmas de policiais militares; que contratou Agentes Penitenciários, tirando das cadeias os Detetives, os profissionais da Polícia Civil, que foram colocados na ativa. Enfim, o governo Aécio está presente na segurança pública de Montes Claros.

Ficou a certeza de que, mesmo com o aumento dos investimentos, os índices de violência estão crescendo, e queremos saber o porquê disso. Não se trata de falta de recursos porque os índices não acompanham os investimentos realizados em Montes Claros. Os crimes estão-se sucedendo. As pessoas estão em barezinhos ou em qualquer lugar público quando, de repente, alguém que desce de uma moto fuzila um outro. Até fevereiro, ocorreram 19 mortes violentas. De 1985 para cá, os crimes estão aumentando. No ano passado, houve quase 100 crimes violentos.

Assim, permanece a pergunta: por que a violência está crescendo em Montes Claros? Os dados da Comissão estão sendo analisados, e marcaremos uma nova audiência com o Secretário de Segurança, Sr. Maurício Campos. Todavia, três fatos que saltam à vista nos preocupam e motivaram nosso trabalho. O primeiro deles é a constatação de que falta um trabalho social mais agressivo, ou seja, é preciso procurar trabalhar principalmente com os jovens em situação de risco, que estão nos locais mais violentos, buscando chamar a atenção deles de uma forma ou de outra, seja na educação, seja em projetos sociais, seja em projetos esportivos.

Conforme nos mostra experiência da Prefeitura, o bairro mais violento conseguiu, por meio de trabalho social, reduzir o número de crimes violentos. Portanto, precisamos investir na juventude, fazer com que os jovens se libertem das garras dos criminosos. Como disse certa senhora, é importante que a sociedade passe a mão nesse jovem antes que o crime, principalmente o organizado, pegue-o e o recrute. Sabemos que o crime organizado, o narcotráfico em Montes Claros é terrível. A Polícia Federal estava presente e nos confirmou que Montes Claros, o Norte de Minas, é uma das principais rotas do crime organizado, principalmente do narcotráfico. Logo, é preciso lutar por projetos sociais que envolvam a juventude. Não podemos deixar esse jovem enveredar pelo caminho do crime; temos de apresentar-lhe um caminho de volta, uma estrutura que lhe dê sustentação. Vamos trabalhar com esse objetivo, e a Prefeitura já apresentou alguns projetos, a exemplo do Semeando a Paz e a Dignidade, que também será empreendido em Montes Claros. Eis aí a grande oportunidade de retirarmos a juventude de Montes Claros das garras dos criminosos e colocá-la nos braços da sociedade, com projetos organizados e bem-estruturados.

O segundo aspecto importante que diagnosticamos é o aumento do efetivo do policiamento militar. A presença do policial militar, por si só, inibe a criminalidade. Assim sendo, é importante a presença do policial militar às portas das escolas. Ademais, é fundamental que ele esteja nas ruas, patrulhando, e junto ao comércio local.

Abro um parêntese para falar de um projeto fundamental que vai diminuir o crime, principalmente no Centro de Montes Claros. Refiro-me ao Projeto Olho Vivo, cujo objetivo é promover um monitoramento no Centro da referida cidade. Para tanto, 30 câmeras já estão sendo instaladas, numa parceria entre Polícia Militar e Prefeitura de Montes Claros. Além do policiamento exercido pelos policiais militares, teremos também o policiamento eletrônico, que já está sendo instalado.

O terceiro aspecto refere-se à estruturação do Poder Judiciário em Montes Claros. Quanto a essa questão, cabe ao Poder Legislativo ter uma atuação mais rigorosa, incisiva, forte. A cidade possui quase 400 mil habitantes, e precisamos criar algumas Varas de Execução Penal e de Família. Hoje, em virtude da deficiência quantitativa, e não qualitativa, do Poder Judiciário na referida cidade, a impunidade é um fator que muitas vezes estimula a prática do crime. Costuma-se ouvir: "Fulano matou, roubou, mas está no meio da rua". A Polícia Civil ou a Militar executa seu trabalho, e a pessoa é presa. A questão vai ao Poder Judiciário, vence-se o período que o indivíduo tem para ser denunciado, julgado e, assim, ele vai para as ruas novamente.

Portanto, o fortalecimento do Poder Judiciário de Montes Claros é fundamental. Já apresentamos emendas ao projeto do Tribunal de Justiça. Nós, principalmente os Deputados da bancada do Norte de Minas, vamos fechar algumas questões. Procuraremos fazer um trabalho conjunto fortalecendo as reivindicações da OAB de Montes Claros, dos Juizes, dos advogados e dos Promotores, a fim de fortalecermos o referido Poder. Esse projeto está em tramitação nesta Casa. Se não me engano, hoje ou amanhã terminará o prazo para apresentação de emendas. Vamos apresentar as reivindicações e lutar para que saiam vitoriosas nesta Casa, numa negociação com o Poder Judiciário.

Essas seriam as nossas considerações a respeito da segurança de Montes Claros. A população não aguenta mais. Os nossos Comandantes das Polícias Militar e Civil já estão unidos, fazem de tudo para serem uma polícia mais efetiva. Mas há as deficiências, e procuraremos, de certa maneira, ajudá-los.

Dentro de poucos dias ou meses, esperamos sair da posição incômoda de terceiro lugar de cidade mais violenta. Esperamos que nossa Montes Claros, que sempre foi pacata, volte a ter essa marca que foi de todo montes-clarenses. Montes Claros hoje tem 50 mil universitários, com cinco universidades. Temos uma expectativa muito grande com o retorno da Sudene.

Não aceitamos nem podemos admitir que Montes Claros continue a ostentar o 3º lugar entre as cidades com maior criminalidade. Esse lugar nos incomoda e não faz jus ao povo montes-clarenses, que é ordeiro e pacato.

Sr. Presidente, quero também comentar acerca do seminário que ocorreu na Casa sobre licenciamento ambiental. Foi um dos seminários mais importantes que a Casa realizou. Jogamos por terra alguns conceitos. Infelizmente, provamos que uma parte dos ambientalistas do Estado de Minas Gerais está na contramão da história.

Minas hoje, por esse rigor que está existindo, por essa insanidade muitas vezes de pessoas que querem promover aqui uma ação ambiental ilusória e irreal, está afastando a iniciativa privada, está dificultando os projetos produtivos aqui no Estado. De maneira especial, o Norte de Minas está sofrendo por isso.

A partir desse seminário, juntamente com a sociedade rural e o Sindicato Rural do Estado de Minas Gerais, apresentaremos opções para que a nossa região, que detém hoje quase 60% das reservas legais de Minas Gerais, possa mudar essa situação em favor do trabalhador rural.

Esse projeto está tramitando na Casa. A princípio, estávamos contra a aquisição de terras no Norte de Minas para fazer compensação em outras regiões. Mas agora já temos pensamento contrário. Facilitaremos para que outras regiões onde há empresas ambientalmente reconhecidas invistam na região. Mas que reverta o recurso às mãos do produtor.

Quando o produtor preserva as suas terras, não recebe nada por isso. Então, em vez de degradar o Norte de Minas, ele utilizará as suas reservas e poderá repassá-las, de acordo com outras regiões, com outras empresas, a exemplo do que se faz hoje com o Protocolo de Kioto. Países poluem na Europa, mas estão pagando pela preservação, pelos projetos ambientais do país.

Se as regiões de Minas querem degradar, o problema é delas. Mas terão de pagar pelas reservas do Norte de Minas, não da forma gratuita como está acontecendo, mas mais do que gratuita, porque estamos sendo penalizados por preservarmos o meio ambiente do Estado. Isso mudará através de um projeto que foi amplamente discutido e inteligentemente apresentado pela sociedade rural de Montes Claros, pelo sindicato rural.

Espero poder mostrar um projeto inteligentíssimo, que marque época e seja destaque em todo o País. Preservaremos as nossas terras, mas os produtores rurais receberão - e bem - pela preservação que há hoje no Norte de Minas. Muito obrigado.

O Deputado Irani Barbosa\* - Sr. Presidente, eu pretendia fazer uma complementação do meu pronunciamento em relação aos defendidos desta tribuna, os Promotores bandidos Leonardo Barbabela e Rodrigo Fonte Boa e o Juiz bandido Wenderson de Souza Lima. Trouxe comigo - curiosamente eu havia pedido certidões à Secretaria-Geral da Mesa - o processo do irmão do Juiz de Ribeirão das Neves Walterson de Souza Lima, um cidadão que foi preso pela Polícia Militar após comprovada a quantidade de maconha que trazia consigo e mantinha em casa: um estoque de mais de 700g. Curiosamente, ele teve sua pena reduzida, como se fosse um simples usuário, como se tivesse com um cigarrinho de maconha, porque era irmão do Juiz e com ele havia os Promotores Rodrigo Fonte Boa e Leonardo Barbabela.

Todo o processo que fizemos na CPI do Sistema Prisional, instalada a meu pedido - solicitei a cópia do encaminhamento feito à época pelo Deputado Antônio Júlio, que a presidiu -, foi encaminhado ao Procurador-Geral de Justiça, ao Corregedor-Geral do Ministério Público Estadual e ao Corregedor-Geral de Polícia. Agora, estamos cobrando providências relativas ao processo a esta augusta Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Não entendo muito de rabo preso, mas vamos supor que - isso é apenas suposição - eu, Irani Barbosa, tivesse feito minha campanha custeada com dinheiro de um Deputado Federal, e que esse dinheiro fosse ilícito, surrupiado, oriundo de maracutaia. Esse não é o meu caso, mas, se fosse o caso de algum Deputado - e isso é suposição, não estou dizendo que alguém fez campanha com dinheiro roubado -, e houvesse a influência desses Srs. Leonardo Barbabela e Rodrigo Fonte Boa, que, segundo comprovações, ajudaram na redução de pena... Se qualquer um dos presentes ou daqueles que nos assistem pela TV Assembléia - que, segundo o Alencarzinho é dele, e quero ver se, quando sair daqui, vai levá-la para casa - fosse preso com a simples quantia de dois ou três cigarros de maconha, seria considerado traficante e pegaria, de acordo com as nossas leis penais, de 6 a 12 anos, salvo engano. Quem entende de tráfico de drogas é outra parte que está por aí, aliás, alguns estão instalados momentaneamente nesta Casa. Se fosse qualquer um de V. Exas., podem estar certos de que não teriam a condescendência que teve o irmão do Juiz, com aprovação do Leonardo Barbabela, do Rodrigo Fonte Boa e de alguns Desembargadores - cujos nomes citarei depois.

A pena do cidadão Walterson de Souza Lima, traficante, irmão do Juiz Wenderson de Souza Lima, de Ribeirão das Neves, foi reduzida com o apoio dos Promotores Leonardo Barbabela e Rodrigo Fonte Boa, nessa bandidagem. Isso está provado, ou melhor, documentado, para quem quiser verificar nos anais da Casa. Isso está aqui registrado e também foi encaminhado às autoridades competentes.

Vamos supor que eu tivesse feito minha campanha com dinheiro roubado e tivesse a proteção desses cidadãos ilustres e ilibados, que foram exaltados aqui desta tribuna, pouco antes de mim, eu diria a V. Exas. que poderia ficar tranquilo em permanecer nesta Casa, porque eu estaria fazendo parte de uma excelente formação de quadrilha. Não é o meu caso, mas existem pessoas que fizeram isso, o que justifica a defesa intransigente desses senhores.

O Promotor não é autoridade, mas sim empregado do Estado para dar guarida à nossa lei, para que ela seja cumprida. Autoridade é o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Esse cidadão honrado, esse Promotor de Justiça, Leonardo Barbabela, que é o guardião, o empregado do Estado para guardar a seriedade das leis do nosso Estado, já que ele é pago - e muito bem pago - para isso, ainda faz do seu trabalho um balcão de negócios. Posso dizer o mesmo do colega do Leonardo Barbabela, o Rodrigo Fonte Boa, que é o guardião dos bicheiros, em Belo Horizonte. Ele sai acompanhado da polícia para prender os bicheiros, mas protege as casas de caça-níqueis de seus amigos. Ele só manda apreender as máquinas das casas de caça-níqueis concorrentes. Ele tem os seus afilhados, que são justamente as pessoas que pagam o seu complemento salarial em troca da proteção dele.

Esse cidadão honrado, Leonardo Barbabela, que foi defendido aqui, desta tribuna, é o responsável pela investigação do desvio do dinheiro da verba de publicidade desta Casa, que aconteceu no mandato do Presidente passado, que está sendo investigado. Curiosamente, o Sr. Leonardo Barbabela é o Promotor que está investigando esse caso. O Leonardo Barbabela é o Promotor que está sentado em cima da maracutaia que foi feita com o dinheiro da publicidade desta Casa, no mandato do Presidente que desocupou a cadeira. Será que existe alguma coisa de errado nisso aí? Será que a denúncia que ele formulou, truncada, foi para criar um factóide para vir parar nas páginas de jornais e para tentar desviar a atenção sobre ele?

Sr. Presidente, formação de quadrilha, em meu entender, é quando participam mais de três ou quatro pessoas. Aí, sim, há um indiciamento de formação de quadrilha. Agora imaginem formação de quadrilha com pessoas de toga e com mandato, para abafar dinheiro roubado, dinheiro de todo o mundo, do cidadão mineiro. Não estou aqui para ser mais verdadeiro que a verdade.

Só gostaria de dizer o seguinte: é preciso ter dignidade na vitória, mas também é preciso ter honra na derrota. Pela primeira vez na vida, experimento um mandato de suplente. Sou primeiro-suplente da coligação PSDB-DEM-PTB, e não sei se há outros. Mas sou o suplente mais votado na história desta Casa, com 49 mil votos. Se tivesse algum rabo preso na minha campanha, alguma coisa errada, obviamente esse pessoal teria arrancado (palavras expungidas por determinação do Sr. Presidente), sem deixar sobrar nada. Mas, como não tenho rabo preso, posso subir aqui e falar, porque se deve ter honra e dignidade na derrota. Se os que ganham não têm dignidade, os que perdem devem ter honra.

Não vou me calar, em momento algum, quando alguns Promotores, com alguns maus cidadãos, fazem esse tipo de coisa que denunciamos e que vai para debaixo do tapete. Não quero participar de uma história em que o meu Estado seja não o menos comprometido com a seriedade, mas quero lutar para que não seja o maior empurrador de sujeira para debaixo do tapete. Por isso ocupo esta tribuna, nem com muita alegria, mas com muita convicção daquilo que estou falando. Certamente, não sei se meu modo de vida me permitiria, se estivesse no fio da navalha, comprometer-me com essa bandalheira para poder salvar um mandato, pactuado com a porcaria, com o dinheiro roubado e sujo, pactuado com o sacrifício do cidadão mineiro. Não me estranha, mas me preocupa uma denúncia dessa envergadura, em que a quadrilha formada pelo Juiz Wenderson de Souza Lima, de Ribeirão das Neves, e pelos Promotores Leonardo Barbabela e Rodrigo Fonte Boa, além dessas bandalheiras que narramos, era mestre em guardar os processos dos traficantes - 250 que constam dessa documentação da CPI -, para perder o prazo e não condenar nenhum traficante. Tudo isso era negociado e ficou explícito na CPI, mas não foi investigado. E dificilmente será, a não ser que apareçam na Justiça pessoas como os Desembargadores muito honrados com coragem de dar aquela sentença no processo de Monte Sião contra a Copasa. Tal sentença determinou que, enquanto toda a cadeia de esgoto não estiver tratada, o esgoto não poderá ser cobrado. Isso é coragem. É coragem de um Desembargador que joga por terra um conluio feito, com um mandado de segurança, em que tocaram as obras da Cemig de R\$1.275.000.000,00 com superfaturamento.

Um simples Promotor de Justiça, e digo "simples" porque a obrigação de um Promotor é ser grande e honrado; digo "simples" porque o Sr. Geraldo assina, com o Presidente da Cemig e os empreiteiros que surrupiaram boa parte do dinheiro do Luz para Todos, um termo de ajustamento de conduta, desrespeitando uma sentença proferida por um Desembargador, passando a vassoura na sujeira que havia naquele contrato. Mas entrei com ação popular para averiguar isso. Ela está meio capenga, vai ali, vem aqui, custa a andar, mas parece que está tomando rumo, e as coisas estão se ajustando. A parte que salva, não só do Judiciário mas do Ministério Público, parece que está começando a enfrentar e a colocar peito para que a parte podre não se sobreponha às demais.

Portanto, gostaria de dizer, Sr. Presidente, que a defesa feita a esses homens que acabei de citar é uma defesa de quadrilha. Não sei a que nível ela chega nesta Casa, mas, perigosa e certamente, é muito maior do que muita gente pensa. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Weliton Prado\* - Boa tarde a todos e a todas. Infelizmente, só tenho 3 minutos, mas é tempo suficiente para parabenizar, mais uma vez, todos os que participaram da campanha pela redução da tarifa de energia elétrica em Minas Gerais. Lembrando que a tarifa de energia residencial em Minas Gerais, para quem consome até 90kW, é a mais cara do Brasil, quero dizer que muitas pessoas participaram de campanhas em todas as regiões do Estado, colhendo assinaturas em abaixo-assinados e mandando propostas para a Aneel, em uma luta que está dando resultado, como ilustra capa da edição de ontem do jornal "O Tempo", que tem os seguintes dizeres: "Energia residencial deve cair 15%". Em nossa avaliação, com a redução de 15%, a conta vai continuar cara, mas o que é significativo e simbólico é que, pela primeira na história do País e de Minas, a conta de energia não vai subir. Acho que esse é o ponto mais positivo.

Mas a luta não acaba aqui. Vamos dar continuidade a ela, colhendo assinaturas em abaixo-assinados, como estamos fazendo neste momento em várias cidades do Triângulo Mineiro. Também vamos participar de mais uma audiência pública que será realizada para definir o índice de redução oficial. De qualquer forma, a Cemig admitiu, pela primeira vez, a redução na conta de luz, com o índice para as residências chegando a 15%. A Cemig não admitia essa redução em hipótese alguma; ao contrário, nos últimos 10 anos, a conta de luz aumentou quase 500%. E o lucro da Cemig é muito grande, quase R\$2.000.000.000,00 - R\$1.700.000.000,00. É muito dinheiro.

Mas, na audiência realizada no Cefet, um grande número de pessoas de setores empresariais fez uso da palavra para apresentar propostas. Foi a maior audiência já realizada por uma concessionária de energia no País; uma audiência totalmente positiva. No início de abril, haverá outra audiência na Aneel, também aberta ao público, em que se vai definir o percentual de redução, agora de forma oficial. Certamente estaremos presentes também nesse momento, para acompanhar e fiscalizar a decisão da Aneel. E a luta vai continuar, principalmente no que se refere ao ICMS, que em Minas Gerais chega, para as residências, a 42%. Além do ICMS, ainda são cobrados taxa de iluminação pública e outros encargos. Ou seja, nossa mobilização vai continuar. Acho que, com o índice de 15%, a redução é significativa, embora a conta vá continuar muito cara. De qualquer forma, isso é simbólico e serve até mesmo de incentivo para que as pessoas acreditem que é possível lutar e vencer. Sabemos que a empresa realmente tem muita influência, até mesmo política, e um faturamento altíssimo; mas, pela primeira vez, a conta de luz não vai aumentar - ou seja, o que poucos acreditavam que seria possível vai tornar-se realidade.

Lembro ao Deputado Domingos Sávio que o mesmo aconteceu com a Taxa de Incêndio, que, depois de muita luta, as residências em todo o Estado não pagam mais.

Quero aqui reconhecer que o Deputado Domingos Sávio, Líder da Maioria, apresentou um documento na reunião da Aneel, em nome de todos os Deputados desta Casa.

Enfim, gostaria de dizer que a luta não pára por aqui, continua, e é uma grande vitória do povo mineiro. É uma luta encabeçada pelo finado D. Luciano, que foi Presidente da CNBB e tanto lutou pela redução da tarifa de energia elétrica. Agora, de forma simbólica, está se transformando em realidade, com a possível redução do valor em torno de 15% na conta de luz para as residências, em todo o Estado de Minas Gerais.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva - Deputado Antônio Júlio, meu caro amigo, "o Brasil é uma terra de amores, alcatifada de flores, onde a brisa chora amores nas lindas tardes de abril. Correi pras bandas do Sul, debaixo de um céu de anil, e encontrareis um gigante deitado. Santa Cruz, hoje o Brasil. Mas data houve em que se acabaram os tempos duros e sofridos, porque aqui chegaram os capitais dos países amigos. País amigo, país amigo! E nossos amigos americanos, com muita fé, com muita fé, nos deram dinheiro, e nós plantamos só café. Aí os meninos brincavam: Bento, bento que bento é frade! Frade, faremos tudo que seu mestre mandar? Faremos todos, faremos todos, faremos todos! E começaram a nos vender e a nos comprar. Comprar minério - vender navio. Pra nossa vela - vender pavio. Só mandaram o que sobrou de lá. Matéria plástica, que coisa elástica, entusiástica. Rock-balada, filme de mocinho, ar-refrigerado e chiclete de bola".

Esse era um dos poemas que recitávamos na década de 60, da qual V. Exa. muito participou, tentando usar poesia, música e arte para mostrarmos a situação catastrófica em que se encontrava o Brasil, de dependência dos norte-americanos.

Hoje, para nossa surpresa, estamos preocupados com mais um cracking da Bolsa americana, em função do problema imobiliário, dos financiamentos imobiliários.

Caro Deputado Antônio Júlio, como muda, como o mundo gira, como as coisas se modificam. A grande nação, a maior potência do mundo está claudicante, começa a claudicar, e, por incrível que pareça, o Brasil, aquele "paiseto" sul-americano, consegue resistir à quebra do sistema imobiliário norte-americano, o qual está bagunçando a bolsa de todo o mundo. O que aconteceu com o Brasil? Que transformações ocorreram de lá para cá? A primeira transformação foi o milagre econômico da ditadura, que aumentou a concentração de renda, aumentou o número de pessoas pobres, mas, de qualquer sorte, trouxe alguma infra-estrutura para o Brasil. Nós, que lutamos tanto para fazer retornar a democracia a este país, assistimos hoje, satisfeitos - satisfeitos de uma parte, mas é claro que sempre deixando espaço para a crítica do outro lado -, por termos tido, desde a eleição de Collor de Mello, uma sequência, uma unidade de pensamento em relação à macroeconomia, de tal sorte que o Brasil ganhou alguma firmeza e segurança para receber os investimentos estrangeiros.

Quando Lula fatura tudo isso que aconteceu nos governos Collor e Fernando Henrique, vem à baila uma crítica - que penso deve ser rebatida - feita ao Bolsa-Família. Claro que temos também crítica. Mas, quando foi que alguém antes, durante e depois da ditadura, fez alguma coisa para de fato encarar o problema da pobreza absoluta, da miséria e inserir esses milhões de pessoas no poder de compra, necessário para fazer funcionar nossa economia? Foi Lula? Lembro-me muito bem, porque era Deputado Federal quando criamos o programa Bolsa-Escola, o Bolsa-Renda. O Lula apenas unificou o Bolsa-Família. Então se trata de um programa cuja história teve início com o Collor. Na verdade, é preciso ser bastante honesto e reconhecer que essa é uma idéia defendida pelo Senador Eduardo Suplicy há mais de 20 anos, o projeto de renda mínima que existe no Brasil. Atualmente ele é chamado de Bolsa-Escola e existe em Londres, na França e até na Venezuela, com o nosso querido Hugo Chávez, o malucão, o doidão das Américas.

Os jornais fazem críticas ao programa Bolsa-Família. Deputado Antônio Júlio, esse ranço moralista é histórico. Sr. Presidente, não podemos entender que no século XXI ainda nos preocupemos muito mais com a ração dada ao porco, ao cachorro e ao boi, e não se os homens, as

mulheres e as crianças estão comendo. Não podemos imaginar que alguém defenda isso. Notamos ambientalistas radicais defendendo que se dê garantia e segurança aos animais. Então, se alguém matar um gambá, ficará um ano na cadeia, mas pode-se matar de fome uma porção de pobres, que não há problema.

Essa é apenas uma parcela mínima que a sociedade está devolvendo aos milhões que passavam fome neste país. Toco neste assunto porque estou vendo aqui um artigo de todo tamanho criticando o Bolsa-Família. Devemos colocar tudo no devido lugar. O programa Bolsa-Família foi criado no governo Fernando Henrique Cardoso e expandido pelo Lula. Lembro-me de que era Prefeito em 2003 e 2004 e inscrevi 10 mil famílias de meu Município nos programas sociais do governo federal. A Prefeita que me sucedeu, em três anos inscreveu mais 6 mil, e temos hoje 16 mil famílias recebendo aquele dinheirinho. E a crítica que se faz agora é a de que o pessoal começou a pagar a prestação do fogão e da geladeira com o dinheirinho do Bolsa-Família, que consideram deveria ir apenas para a comida. Mas, que mal há se o cidadão inventou uma maneira de conseguir o dinheiro para comer e conseguiu comprar um rádio, um fogão ou uma geladeira? O que tem isso em um país em que apenas 20% das pessoas detêm 80% da riqueza? O que tem dar um pouquinho para os mais pobres? O que tem fazer a justiça distributiva?

Dizem que falta acompanhamento e que deveria haver regras: o dinheiro do Bolsa-Escola tem de ser empregado para o menino ir para a escola. Tem de haver regras sim, mas é difícil acompanhar um programa gigantesco como esse, que já está sendo importado por outros países. Lembro-me muito bem de que, ao começar esse programa em minha cidade, Teófilo Otôni, e ao cadastrar as pessoas para receber o Bolsa-Renda, o filho de um Vereador do PT estava recebendo a bolsa - isso foi lá na região da Laginha. Há erros, sim.

Recebi hoje o Prefeito de Coronel Murta queixando-se de que tem 800 litros de leite do programa do Idene para distribuir em sua cidade, porém enfrenta um problema. Da população mais pobre, 75% estão na zona rural, passando necessidade, mas o comitê gestor que trabalha com a distribuição do leite para o Idene não permitiu que a metade dele fosse distribuída para as famílias pobres da zona rural que não têm sequer uma cabrita - a quilômetros e quilômetros, não se vê uma vaca -, alegando que o leite tem de ser distribuído apenas na cidade, pois na zona rural as pessoas não passam fome.

Deputado Antônio Júlio, pedi ao Presidente um espaço maior para fazer uma análise um pouco mais profunda dessa situação. Quando fui Prefeito pela primeira vez em minha terra, montei o Programa Municipal de Pólos Agrícolas. Identificamos, na zona rural, áreas onde existiam pequenos produtores - hoje chamados agricultores familiares -, e a Prefeitura começou a atuar. Criamos microrregiões e um centro comunitário, com correio, posto médico e odontológico e um salão de reunião com televisão e antena parabólica, a fim de agregar as pessoas e trabalhar com elas. Colocamos ainda lá um trator agrícola para arar a terra de graça, e a Prefeitura, em sua primeira participação nesse projeto, comprou três caminhões de sementes para distribuir. Foram distribuídas e ficamos felizes, pois havíamos começado um programa maravilhoso; mas, cerca de 30 dias depois, o técnico da Emater, Adelmo Vilela, procurou-me e disse-me que dera tudo errado e que deveríamos comprar mais sementes. Perguntei o que houve, se a semente não era boa, e ele me respondeu que a fome era tanta que tinham sido comidas.

Portanto, há fome na zona rural e tem procedência a queixa do Prefeito de Coronel Murta. Ele quer que, dos 800 litros de leite destinados pelo programa do governo do Estado compartilhado pelo governo federal, 400 litros sejam distribuídos na zona rural, onde está 75% da população do Município. É absolutamente justo.

O outro problema, Deputado Luiz Tadeu Leite, é que não podia não distribuir o leite na zona rural. Dois cabos eleitorais de determinado Deputado indicaram, cada um, 100 pessoas para receber o leite. Pessoas que ganham salários considerados muito bons em Coronel Murta, na faixa de R\$800,00, R\$1.000,00, recebendo leite, enquanto os pobres não recebem. São essas as críticas feitas ao Bolsa-Família: a má utilização, a não-concordância com alguns parâmetros. Para mim, tudo isso é muito relativo. O programa em si é bom e necessário, ainda mais que tenho aqui o testemunho do Deputado Luiz Tadeu Leite. Quando Deputados Federais, eu e o Luiz Tadeu Leite, com Armando Costa, a Deputada Márcia Cibília Viana e o Deputado Jaques Wagner, hoje Governador da Bahia, éramos os integrantes da CPI da Fome. Viajamos por todo o Brasil, buscando formas de combater a fome. A fome ainda existe. O Fome Zero do Lula pifou, sobrou o Bolsa-Família. O programa Fome Zero não existe mais, existe o Bolsa-Família, que distribui carnezinho com dinheirinho, tudo direitinho.

Não sou contra; ao contrário, estou aqui para defender a ampliação desse programa. É preciso que a sociedade se organize de maneira que possamos distribuir aos muito pobres um pouco de recursos para que melhorem suas vidas e para que possam se integrar ao mercado de trabalho. Enquanto este país não conseguir avançar de maneira a gerar os empregos necessários para todos, precisamos cuidar dos nossos irmãos com caridade, para dar-lhes condições de sobrevivência um pouquinho melhores do que aquelas que damos para um cavalo, para um burro, para um cachorro, para um porco, como fazem os fazendeiros que dão rações caras para seus animais. Lembro-me muito bem de que a turma do PT da minha terra divulgou que falei que o pobre é animal, só porque eu disse exatamente o que estou falando aqui agora. As pessoas têm de ser tratadas um pouquinho melhor do que os animais das fazendas. Elas têm o direito de receber um pouquinho desta sociedade. Se a sociedade livre não puder ajudar, esses milhões que são pobres não poderão salvar os poucos que ainda são ricos. É um risco para o qual o PMDB apontou ao longo de toda a sua trajetória. O PMDB apontou para a necessidade premente de todos entendermos que é preciso fazer justiça distributiva.

Por que reduziram meu som? Quero falar alto. Pode deixar o som alto. Muito obrigado. Concedo aparte ao Deputado Domingos Sávio. É bom para eu respirar um pouco, porque o entusiasmo já estava me levando a algumas alturas.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Entusiasmo justo, não apenas de um grande orador, mas de um homem público que é referência para mim e para os demais colegas, não apenas pelo discurso, mas principalmente pela história de vida. Quando vejo V. Exa. falar da sua preocupação com os mais pobres, sabemos que, para V. Exa., que tem também uma origem humilde, que é homem que enfrentou as lidas da administração pública no dia-a-dia da sua grande Teófilo Otôni, isso se traduz num exercício cotidiano de dedicação aos que mais precisam. Por isso temos estado, no dia-a-dia, aqui, nesta Casa, bem afinados no discurso e na prática em uma série de ações. Posso enumerar várias que tiveram êxito num passado recente. É por isso que tenho esse sentimento de que temos de estar juntos nessas proposições que envolvam programas nacionais. Esta é a Assembléia Legislativa do Estado, mas temos de nos preocupar com as grandes questões nacionais, com um programa de auxílio às famílias mais pobres que tenha a perspectiva de tirá-las da miséria, de dar-lhes condições de trabalho e de vida mais digna. Foi assim que estivemos juntos, lutando pela redução da tarifa de energia elétrica; foi assim que fui levar, como Líder da Maioria, mas, com sua assinatura, com seu apoio, à Agência Nacional de Energia Elétrica o pedido de redução de, no mínimo, 15% da tarifa das residências, do homem do campo, sem esquecer a indústria e o comércio.

Aproveito, Deputado Getúlio Neiva, para neste aparte comunicar, mais uma vez, uma vitória de todos nós desta Casa Legislativa ao lado dos produtores rurais e, agora, junto ao governo do Estado.

Segunda e terça desta semana, tivemos um ciclo de debates sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Tive a iniciativa de propor esse debate, preocupado em defender o meio ambiente, mas também o trabalhador, o homem do campo, o ser humano que, às vezes, começa a sofrer com uma burocracia infernal e, recentemente, com multas abusivas, tanto do IEF como do Igam, em função do Decreto nº 44.309. Estas galerias ficaram repletas de faixas de sindicatos rurais, bem como de produtores rurais, dizendo que não agüentam a burocracia e as multas, pois elas acabam com a possibilidade da produção agrícola em Minas.

Se um pequeno sítante não cumpriu a burocracia de informar que usa a água do córrego, da nascente para beber e alimentar os seus animais; se não cumpriu a burocracia de ir ao Igam requerer a outorga, recebe a visita de alguém que lhe diz que o prazo dele para requerer já acabou

e, portanto, será multado em R\$20.000,00. Esse é o mesmo tratamento que se dá a uma grande empresa poluidora de um córrego ou de um rio. É uma situação absurda punir alguém porque não informou que usa água na sua propriedade para beber e para alimentar os animais.

Essas e outras razões nos motivaram, bem como ao Deputado Antônio Júlio e tantos outros, a falar da nossa ansiedade por que o decreto fosse modificado.

Fui ontem levar, em mãos, ao Secretário Danilo de Castro essa preocupação dos produtores e de todos os Deputados. Fui em nome, também, do Deputado Getúlio Neiva, e é por isso que quis apartear-lo, pois V. Exa. estava aqui lutando por essa mudança. Tivemos, então, a resposta, por escrito, do Secretário, de que não apenas considera justas as reivindicações como, em nome do Governador, determinou, em caráter de urgência, a modificação.

A verdade é que o Secretário de Meio Ambiente já havia encaminhado o pedido de modificação desde o ano passado, mas a burocracia, a análise da área jurídica, da Advocacia-Geral, da própria Secretaria de Fazenda, que arrepia quando se fala que se vai acabar com determinada multa, o estavam travando. Então, o Secretário Danilo nos manda por escrito que, no máximo até a semana que vem, estarão publicadas a revogação e as modificações do Decreto nº 44.309.

A Assembléia Legislativa, mais uma vez, está fazendo a sua parte. Ao contrário de alguns que, às vezes, vêm denegrir a imagem desta Casa, V. Exa. eleva-a, de fato, ao lugar digno de uma casa livre. Além disso, o próprio Líder da Maioria, assim como V. Exa., cobra do Governador o atendimento a determinadas reivindicações da base do governo, cobra as mudanças quando têm que ser feitas.

Temos um Governador sensível, atento e que apresenta, na hora certa, as respostas a essas reivindicações. Muito obrigado.

O Deputado Getúlio Neiva - Excelente notícia, Deputado Domingos Sávio. Gostaria, aliás, de comunicar-lhe que acaba de ser aprovado aqui requerimento de minha autoria a fim de que o Projeto de Lei nº 596/2007, que trata das taxas para corte e transporte de madeira nativa e plantada, seja distribuído à Comissão de Agricultura e Pecuária.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - É um absurdo. Não podemos aceitar o aumento.

O Deputado Getúlio Neiva - Estamos pedindo que vá para lá, pois não passou pela referida Comissão. O requerimento já foi lido e aprovado.

Sr. Presidente, acho que este é o espaço da democracia. Temos de utilizá-lo para defender idéias, ao invés de defender apenas projetos de lei em andamento ou discutir as questões normais do processo legislativo.

Com muita honra e alegria, concedo aparte ao nobre parlamentar do PMDB, companheiro de luta contra a ditadura, Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio (em aparte)\* - Obrigado, Deputado. A minha participação é apenas para aproveitar este momento na parte da tarde. Apesar de o Plenário estar vazio, a televisão está no ar. Estamos ao vivo para quase 200 cidades do interior de Minas, e alguém deve estar-nos acompanhando.

Essa informação do Deputado Domingos Sávio é uma boa notícia. Mas, há oito meses, mostrei aqui no Plenário e em algumas audiências públicas que fizemos, Deputado Tadeu, o equívoco que esse decreto estava cometendo. As bases do governo, bem como suas Lideranças aqui nesta Casa, não quiseram ouvir os reclamos de todos nós, parlamentares e produtores.

Tiveram de sentir aqui, ontem e anteontem, na segunda-feira, a revolta daqueles que estavam neste Plenário, a revolta dos produtores que aqui vieram pedir clemência, pedir ajuda, pedir condições para sobreviver, porque estavam sendo massacrados pela Secretaria de Meio Ambiente do nosso Estado, por meio do Igam, da Feam e da Polícia Militar, contra a qual houve maiores reclamos. Tenho aqui vários documentos mostrando os abusos da fiscalização, que se mostrou mais violenta, Deputado Getúlio Neiva, que aquela da época da ditadura.

O Deputado Domingos Sávio fez discurso bastante interessante no início da reunião. Levaram informações ao Danilo de Castro, mas estas deveriam ter sido levadas ao Governador Aécio Neves. Quando alguém quis defender o Governador Aécio Neves, eu disse, com muita clareza, Deputado Getúlio Neiva, que o Governador talvez não soubesse o que está acontecendo, porque informações são omitidas, todavia ele é responsável diretamente, pois foi quem assinou o decreto.

O Deputado Getúlio Neiva - Ele é quem "paga o pato".

O Deputado Antônio Júlio (em aparte)\* - Mas foi ele quem assinou o decreto. Isso não é companheirismo, não é amizade. Companheiro é aquele que leva ao Governador os problemas que estão acontecendo. Disse aqui ontem que seria preferível aquelas pessoas que estão sofrendo esse tipo de perseguição da Polícia Militar, do Igam, de órgãos ligados ao meio ambiente, fazerem um levante. Quando ficassem sabendo que um órgão desses estaria fiscalizando uma região, que se unissem e não deixassem a fiscalização prosseguir. O que aconteceria? Não sei, mas chegará um momento em que eles terão de reagir dessa forma. Vimos aqui, pela primeira vez nesses últimos 16 anos, um Coronel da polícia ser vaiado dentro desta Casa. Isso é sintomático e precisa ser analisado.

Pedi, Deputado Getúlio Neiva, que o Presidente nos concedesse mais 10 minutos para aproveitarmos o "gancho" e não nos esquecermos do que aconteceu aqui, na segunda-feira e na terça-feira. Ainda farei meu pronunciamento, o que não poderá ser feito em 10 minutos. Quero, pelo menos, 1 hora para mostrar os absurdos que aconteceram e continuam acontecendo. Só agora falam que o Decreto nº 44.309, que é inconstitucional, está na Advocacia-Geral. A própria Advocacia-Geral sabe que esse decreto, no qual constam as normas de cobrança de multa, deveria ter sido feito por meio de lei.

O pronunciamento de V. Exa. relativo ao Bolsa-Família e ao Bolsa-Escola, acerca do dólar e do fato de que somos nós que financiamos o déficit americano, é importante. Mistura um pouco, mas é importante para que pelo menos os jovens que aqui estão possam raciocinar e pensar um pouco sobre o que realmente se passa nos bastidores da política e como é feito todo o processo legislativo, a fim de que o Parlamento volte a ser o parlamento com o qual sonhamos: a base e a sustentação da democracia. Obrigado pelo aparte.

O Deputado Getúlio Neiva - Eu é que agradeço. Deputado Antônio Júlio, posso testemunhar que há mais de oito meses V. Exa. tem ocupado, até de forma quase irritante, a tribuna para mostrar os erros e os defeitos desse decreto, que agora será reformulado. V. Exa. conta casos, mostra os problemas "na bucha", faz aquela confusão toda.

Acabo de verificar que foi aprovado aqui, em Plenário, um requerimento para que passe pela Comissão de Política Agropecuária o Projeto de Lei nº 596. O que determina esse projeto? Acabamos de discutir, por dois dias, o problema do meio ambiente, do reflorestamento, da necessidade

de o Norte e o Nordeste terem cobertura vegetal, o que faria diminuir a seca; no entanto, nesse projeto consta que o governo aumenta de 0,56 para 1,04 e de 2,8 para 4,6 Ufemgs as taxas florestais do carvão vegetal da floresta plantada e da floresta nativa.

Ora, aumentar taxas da floresta nativa enquanto não se tem nem sequer estímulo para se fazer o fomento florestal? Deve haver redução para que o fomento florestal exista e para que se evite a retirada da floresta nativa. No entanto, com esse projeto, aumenta-se, simplesmente, o dobro. Estamos trabalhando para reduzir custos. O Deputado Domingos Sávio discutiu custos aqui, com o Deputado Weliton Prado, que colocava a culpa na Cemig.

Sabemos que, há cinco anos, no início do governo Lula, a Aneel foi quem mandou aumentar em 35,2% a tarifa da energia elétrica em Minas Gerais. Agora está fazendo a correção, já que as correções são feitas em nível nacional, de cinco em cinco anos, para cada concessionária de serviço público. Então, há cinco anos, a Aneel errou ao fixar as tarifas de energia de Minas Gerais, e, dessa forma, o povo mineiro está pagando energia em excesso. Agora, vai-se reduzir R\$1,00; a redução será de 15%.

Acontecem algumas coisas dramáticas que causam sofrimento às pessoas. Porém, por falta de espaço para discussão nesta Casa, não temos condições de informar à população. Por essa razão, fiz um apelo ao nobre Presidente, solicitei-lhe um pouco mais de tempo para falar.

Hoje, de manhã, procurei o Secretário-Geral da Mesa e solicitei-lhe que revisse, com critério, a possibilidade de usarmos o espaço da TV Assembléia e o do Plenário até as 18 horas, a fim de que assuntos mais profundos sejam discutidos. Não queremos ficar só na correria, trabalhando nas comissões, diluindo, mexendo, movimentando e organizando projetos para serem votados rapidamente em Plenário. Precisamos discutir mais as questões e prestar informações sobre o que é feito aqui. As pessoas sabem pouco acerca da estrutura do Estado, do governo federal, não conhecem as verdadeiras razões dos fatos que acontecem neste país. Mais que nunca, é necessário que a população brasileira se interesse pela vida pública, para não ficar apenas criticando, alegando que há políticos ladrões, safados. Se estes existem é porque alguém votou neles. Para melhorar a política do País, é necessário votar melhor, aprender a votar, e não acusar indiscriminadamente quem tem mandato. Como já sugeri, alguém tem mandato porque recebeu votos.

Não somos os paradigmas da virtude, mas somos gente que representa gente. É necessário que essa representação seja feita com amor, carinho e, às vezes, com paixão. Por isso defendemos essas teses com tanto vigor, Sr. Presidente. Sentimo-nos dispostos a defender um programa, cujo pai é Lula, mas que foi criado por Fernando Henrique. Agimos assim porque essas medidas são essenciais à continuação do processo democrático, ao crescimento do País. Não se pode retirar do Presidente Collor, cujo mandato ajudei a cassar, o mérito de ter aberto os portos, de ter internacionalizado a economia brasileira, de ter mostrado ao Brasil que os nossos carros eram carroças. Hoje, no Brasil, há tantos carros novos e bonitos que ficamos até assustados! Parece que estamos melhores que a Europa e os Estados Unidos, em virtude de tantos carros bonitos que apareceram depois da crítica feita pelo Presidente Collor.

Tudo o que acontece hoje no Brasil se deve à macroeconomia. Os fundamentos macroeconômicos tiveram início no governo Collor, continuaram no governo Itamar Franco, passaram pelo governo Fernando Henrique, e Lula teve a inteligência de não mexer neles. Na verdade, o Bolsa-Família é a única coisa que ele está fazendo diferente. Renomeou o Bolsa-Escola e o Bolsa-Renda, que receberam o nome de Bolsa-Família. Renomeou o orçamento federal de forma que as verbas de infra-estrutura passaram a denominar-se PAC de Infra-Estrutura; as verbas naturais do orçamento para a saúde, PAC da Saúde; as verbas orçamentárias obrigatórias da educação, PAC da Educação.

Todavia, temos de nos preocupar com outro problema: no ano passado, o PAC empacou, aplicaram apenas 30% do que estava destinado para o ano inteiro. Vai empacar neste ano? Penso que não, já que é um ano eleitoral. Imagino que vai desempacar e andar mais depressa. Temos de criticar o Presidente Lula por causa disso? Não. Temos de fazer uma análise perfeita dos assuntos para mostrar o que está certo e o que está errado. Entretanto, é preciso abominar - e digo isso com veemência - declarações como essa feita pelo sociólogo José de Souza Martins, que critica o programa Bolsa-Família por analisá-lo como uma forma social e politicamente retrógrada do neoclientelismo.

Tenho certeza de que esse sociólogo nunca passou fome; estou certo de que nasceu em berço de ouro ou pelo menos é membro de uma família remediada. Quem não conheceu a fome, como a conhecemos no Vale do Jequitinhonha, não sabe o que é desespero. Chegamos à animalidade.

Perdemos todos os sentidos e sentidos; perdemos os critérios religiosos e de convivência social. Não há quem resista à fome, que é má conselheira, como já diziam nossos avós. É preciso que alguém no País defenda esse programa, que não é de Lula nem de Fernando Henrique Cardoso, mas sim da sociedade brasileira, que paga por ele. Também é preciso ampliá-lo, até que os nossos irmãos - todos eles - tenham oportunidade de trabalho em um país que cresce. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 25/3/08, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Carlin Moura

exonerando Pedro Mourão Paiva do cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas;

nomeando Juliana Anacleto dos Santos para o cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas.

Gabinete do Deputado Rêmolo Aloise

exonerando Maria Vilani de Araújo do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;

nomeando Flávia Márcia de Araújo para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Márcio Antônio Ferreira do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Geraldo Magela Santiago para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2008

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2008

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia de 9/4/2008, às 14h30min, pregão eletrônico, do tipo menor preço, tendo como finalidade a aquisição de "scanners" de mesa.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br), bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, onde poderá ser retirado, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou, gratuitamente, em meio eletrônico. Neste caso, o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 25 de março de 2008.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

#### TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Asa Comunicação Ltda. Objeto: prestação de serviço de publicidade. Objeto do aditamento: primeira prorrogação e ampliação do objeto. Vigência: 24 meses, a partir de 3/5/2008. Dotação orçamentária: 33903900 .

#### TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Tom Comunicação Ltda. Objeto: prestação de serviço de publicidade. Objeto do aditamento: primeira prorrogação e ampliação do objeto. Vigência: 24 meses, a partir de 3/5/2008. Dotação orçamentária: 33903900 .